
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL DE LICITAÇÃO VIA INTERNET

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 105/2023**PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 007/2023****REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2023**

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, torna público, na presença e ciência da pregoeira designada pela portaria nº. SAAE – 075/2023 de 16 de agosto de 2023, que **às 09:00hs (nove horas) do dia 19/10/2023**, na sala de reuniões (2º andar) na sede do SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG, **será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo de julgamento Menor Preço Global.**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

Razão Social			
CNPJ			
Endereço:			
e-mail:			
Cidade:		Estado:	
Telefone:		Fax:	

Obtivemos através do acesso ao site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura

Sr (a). Licitante,

Visando comunicação futura entre o SAAE – Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito e essa empresa, **SOLICITAMOS PREENCHER O RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL E REMETER ao setor de Licitações através do e-mail: licitacao@saaeita.mg.gov.br.**

A não remessa do recibo exime o SAAE, da responsabilidade de comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 105/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 007/2023

REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2023

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº. 2.999 de abril de 2014, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, CEP 35450-081, inscrito no CNPJ nº. 20.067.146/0001-61, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº. 105/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº. 007/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objetivo o **Registro de Preços nº. 035/2023**, regido pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº: 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, pelo Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 8949/2010, alterado pelo Decreto Municipal 9345/2011, Decreto Municipal 13214/2020, alterado pelo Decreto Municipal 13434/2020 e pelas demais condições fixadas neste Edital.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO INICIAR-SE-Á:

DIA: 19 de Outubro de 2023.

HORA: 09:00hs (nove horas)

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

LOCAL: DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES – na sala de reuniões (2º andar) na sede do Serviço Autônomo Saneamento Básico – SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do SAAE e equipe de apoio nomeada pela Portaria SAAE/ITA 075/2023.

Declarada aberta a Sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

I – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

1.2. O Sistema de Registro de Preços será adotado conforme situações previstas no Decreto Municipal 13.214/2020.

1.3. A prestação de serviços/fornecimento ocorrerá conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) deste edital, de acordo com a efetiva necessidade do SAAE.

II – DA ÁREA SOLICITANTE

2.1. Área Administrativa - Setor de Tecnologia da Informação

III – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos**, que poderão ser sanados por telefone (31) 3562-4134 e (31) 3562-4143 ou deverão ser encaminhados por escrito à Pregoeira pelo e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, em **até 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, sob pena de não acolhimento.

3.1.1. As respostas da Pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes .

3.2. A impugnação aos termos deste instrumento convocatório somente será conhecida e considerada quando seguir os procedimentos contidos no artigo 41 e parágrafos da Lei nº: 8.666/93.

3.2.1. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, **até o 5º (quinto) dia útil**, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saaeita.mg.gov.br ou no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, dirigida a Pregoeira, sob pena de não acolhimento.

3.2.1.1. A Pregoeira deverá julgar e responder a impugnação em **até 3 (três) dias úteis**, auxiliado pelo setor técnico competente, quando necessário.

3.2.2. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou licitante ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

3.2.3. Serão consideradas intempestivas impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, que por essa razão não sejam recebidas pela Pregoeira no prazo estabelecido.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.5. Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação no prazo fixado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitirem a apresentação das propostas, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas que forneçam o objeto do presente edital, legalmente constituídas e que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, incluindo também as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas.

4.2. Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada do Edifício-Sede do SAAE de Itabirito, no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes ou poderá ser solicitado através do e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou ainda junto ao Departamento de Compras/Licitações, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

4.3. É vedada a participação:

- 4.3.1.** De empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação;
- 4.3.2.** De empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e ainda não reabilitadas; e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei nº: 8.666/93;
- 4.3.3.** De empresa suspensa ou impedida de transacionar com a Administração ou qualquer dos seus órgãos descentralizados;
- 4.3.4.** De empresa que não for estabelecida em território nacional;
- 4.3.5.** De empresa que esteja reunida em consórcio¹ ou coligação;
- 4.3.6.** De empresa cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
- 4.3.7.** De empresa cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor desta Autarquia;
- 4.3.8.** E os demais interessados que se enquadrem nas hipóteses do art. 9º da Lei nº: 8.666/93.
- 4.4.** A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

V – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O CREDENCIAMENTO SE DARÁ, JUNTO A PREGOEIRA, NO ATO DA ENTREGA DOS ENVELOPES, POR:

- a) UM SÓCIO OU DIRETORIA, com poderes de administração, munido de documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- b) UM REPRESENTANTE, munido de procuração, documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, da empresa que representa.

5.1.1. O Contrato Social/Estatuto da empresa licitante poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº: 8.666/93.

5.2. Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de dar lances e, principalmente, de recorrer dos atos da Pregoeira.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste PREGÃO, sob pena de exclusão sumária dos representados.

5.4. A OUTORGA DE PODERES PARA EFETUAR LANCES **DEVERÁ ESTAR EXPRESSA na carta de credenciamento (Anexo III) ou procuração, caso contrário os credenciados ou procuradores não poderão ofertar lances.**

5.5. A licitante deverá apresentar juntamente com o solicitado nos itens acima a **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Anexo IV)** E, se for o caso, a **DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Anexo VII), AMBAS FORA DOS ENVELOPES.**

¹ Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando a ausência de complexidade do objeto a ser licitado; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em "consórcio" neste certame. Ainda, a autorização para o consorciamento de empresas para execução do objeto poderia diminuir circunstancialmente o número de participantes no certame, se mostrando um ato antieconômico.

5.6. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada legível, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº: 8.666/93, com exceção dos extraídos via internet.

5.7. Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes das empresas proponentes e entrega dos envelopes contendo as propostas e a documentação, será declarada a abertura da sessão pública pela (o) Pregoeira (o), e não mais serão admitidos novos proponentes.

VI – DA CONDUÇÃO DO CERTAME

6.1. Caberá a pregoeira, em especial:

- I - Conduzir a sessão pública;
- II - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- III - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- IV - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- V - Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VI - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII - Indicar o vencedor do certame;
- VIII - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- X - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo Único - A pregoeira poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

VII – DA ENTREGA E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. A proposta Comercial e a Documentação de Habilitação exigidos neste edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis e colados, rubricados nos fechos, sob pena de desqualificação, até o dia, horário e local fixado neste Edital, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01

<p>ENVELOPE Nº 01 <u>PROPOSTA COMERCIAL</u> PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 105/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 007/2023 S.R.P. Nº 035/2023 Nome da empresa/ CNPJ / Endereço</p>
--

ENVELOPE Nº 02

<p>ENVELOPE Nº 02 <u>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u> PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 105/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 007/2023 S.R.P. Nº 035/2023 Nome da empresa/ CNPJ / Endereço</p>

7.2. Os envelopes contendo a proposta e os documentos para habilitação deverão ser protocolados no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito-MG, ou entregues pessoalmente, na sala de reuniões de licitações até o horário de abertura do certame.

7.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes apresentados após a data e hora estipuladas neste Edital.

7.4. O SAAE não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Setor de Compras/Licitações do SAAE, e que, por isso, não cheguem na data e/ou horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, valendo como horário oficial para este certame o de Brasília/DF.

VIII – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL ENVELOPE Nº 01

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR O MODELO DE PLANILHA CONSTANTE NO ANEXO DA PROPOSTA COMERCIAL.

8.1. No Envelope: “Proposta Comercial” deverá constar apenas uma proposta comercial, devidamente preenchida, em língua portuguesa, datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo as especificações conforme o **Anexo II** deste edital, em que conste:

8.1.1. A razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários e assinatura ao final pelo proponente ou mandatário devidamente constituído;

8.1.2. Indicação do prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

8.1.2.1. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do dia da sessão de recebimento dos envelopes.

8.1.3. Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, utilizando **duas casas decimais após a vírgula**, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

8.1.3.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou quaisquer outros ônus que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

8.1.4. **A indicação de uma única marca para cada item cotado, bem como, a descrição completa, detalhada e individualizada dos produtos, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvida por ocasião da análise e do julgamento.**

8.2. A proposta deverá ser redigida de forma clara e precisa e impressa em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

8.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.4. Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

8.5. Não serão aceitas propostas enviadas via fax, e-mail ou em envelopes abertos/grampeados.

8.6. Após a entrega das propostas, não será admitida a sua retirada ou o descumprimento das condições estabelecidas neste edital, ficando a licitante sujeita à suspensão ou cancelamento de seu registro no cadastro de fornecedores do SAAE.

8.7. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Os envelopes das PROPOSTAS COMERCIAIS serão abertos pela Pregoeira que, após a rubrica por todos os presentes, verificará sua conformidade com os requisitos do edital e seus anexos, examinará a aceitabilidade quanto aos preços apresentados e procederá à classificação daquelas que estejam em acordo com o edital e apresentem o **MENOR PREÇO GLOBAL** ou valores sucessivos e superiores em **até 10% (dez por cento)**, relativamente ao menor preço, para participarem dos lances verbais.

9.1.1. É permitido à Pregoeira, após a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, suspender os trabalhos para fins de análise e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes, oportunidade em que informará aos presentes a data, o horário e o local para a retomada dos trabalhos.

9.1.2. Sempre que necessário, a Pregoeira poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise das propostas referentes às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.

9.2. Para fins do que dispõe o art. 48, inciso II da Lei nº: 8.666/93, a Pregoeira poderá exigir a apresentação da planilha de custos na abertura das propostas bem como após a fase de lances, na própria Sessão.

9.3. Quando não forem verificadas, **no mínimo, 03 (três) propostas** comerciais nas condições do item 8.1, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas.

9.4. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio.

9.5. Às licitantes classificadas conforme os itens 9.1 e 9.3; será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.5.1. Caberá ao Pregoeira a definição e/ou alteração de valores mínimos na fase de lances verbais.

9.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.8. Casos não se realizem lances verbais, verificada a conformidade entre a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, as exigências do edital e ainda, o preço estimado para a contratação, a Pregoeira negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas.

9.10 Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.11 A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao preço apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital e anexos.

9.12. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Se não aceitável, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, prosseguindo-se ao certame.

9.13. Ainda durante a sessão pública do pregão, o licitante declarado vencedor deverá readequar seu preço, com as modificações necessárias para sua adaptação ao novo preço proposto, caso solicitado pela Pregoeira.

9.14. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam **iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.**

9.15. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.15.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.15.2. Não ocorrendo contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.14.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.15.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.13.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.14.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.17. O disposto no item 9.13 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.18. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios ou incompatíveis com o valor orçado.

9.19. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.

9.20. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.21. Caso não mais se realize lances verbais; será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.22. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.23. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, não implicará a exclusão imediata da licitante da etapa de lances verbais, mas sim a manutenção do último preço por ela apresentado, impossibilitando-a de efetuar novos lances, salvo nas hipóteses previstas nos incisos XVI e XVII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/02.

9.24. Será desclassificada a proposta que:

9.24.1. Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório ou forem elaboradas em desacordo com as exigências do edital e seus Anexos.

9.24.2. Apresente preço unitário ou global simbólico, irrisório, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei nº: 8.666/93.

9.24.3. Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento.

9.24.4. Não se referir à integralidade do objeto.

9.25.5. Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou 1 oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

9.26. Em caso de divergência entre o somatório dos preços unitários dos objetos e o preço global da proposta, prevalecerá o primeiro.

9.27. O valor total da proposta será ajustado pela Pregoeira em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e consignados em ata. Caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

9.28. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

9.29. A Pregoeira poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

X – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ENVELOPE Nº 02

10.1. Para participar deste certame, o proponente deverá apresentar o envelope “Documentos de Habilitação” hermeticamente fechado, contendo todos os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para recebimento dos envelopes:

10.1.1. Prova de inscrição do CNPJ do estabelecimento que participará da licitação;

10.1.2. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.1.3. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com o Município sede da licitante;

10.1.4. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual;

10.1.5. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias;

10.1.6. Certidão Negativa de Débito trabalhista ou Positiva com Efeito de Negativa (**CNDT**) Conforme Lei nº. 12.440/2011;

10.1.7. Declaração que a licitante atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº: 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (**Anexo VI**).

10.1.8. Declaração de inexistência de fatos impeditivos. (**Anexo V**).

10.1.9. Declaração somente para as microempresas ou empresa de pequeno porte, quanto à restrição em Documentação de Regularidade Fiscal, se for o caso, (**Anexo VIII**).

10.1.10. Registro comercial, e sua última alteração, se houver, **no caso de Empresa Individual**.

10.1.11. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as suas alterações, se houver, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais.

10.1.12. Estatuto e suas alterações se houver acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações.

10.1.13. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício, no caso de sociedades civis.

10.1.14. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. Os documentos acima enumerados poderão ser apresentados em originais ou cópias reprográficas legíveis, devidamente autenticadas em cartório; pela Pregoeira ou pela sua equipe de apoio, sendo reservado a estes o direito de exigir a apresentação do original para conferência, no ato da abertura da habilitação, conforme disposto no art. 32 da Lei nº. 8.666/93. As documentações acima citadas, quando retirados pela internet terão sua autenticidade certificada pela Pregoeira junto aos sites correspondentes.

10.3. Para certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados a partir de sua emissão.

10.4. Sob pena de inabilitação, a documentação contida nos respectivos envelopes somente será aceita em língua portuguesa, ressalvadas as expressões técnicas de uso corrente.

10.5. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará a proponente, salvo disposição contrária de lei.

10.6. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

10.7. *As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar TODA a documentação acima exigida para efeito de comprovação de habilitação, MESMO QUE APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, sob pena de inabilitação.*

10.8. Qualificação de Capacidade Técnico-Operacional

10.8.1. Para atendimento da **qualificação técnico-operacional**, será(ao) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços:

- Fornecimento, instalação e configuração de sistema de vigilância eletrônica com no mínimo 23 pontos de monitoramento.

10.8.2. Serão considerados válidos os atestados em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e endereço da entidade. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome, cargo exercido na entidade, números de telefone, e-mail para contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

10.9. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial da sede da pessoa jurídica, conforme Lei 11.101/2005, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) há menos de 60 (sessenta) dias da data designada no preâmbulo do Edital para o recebimento da documentação e das propostas.

XI – DAS CONDIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

11.1. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

11.2. É permitido à Pregoeira, após a abertura dos envelopes contendo a documentação, suspender os trabalhos para fins de análise e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes, oportunidade em que informará aos presentes a data, o horário e o local para a retomada dos trabalhos.

11.3. Sempre que necessário, a Pregoeira poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise da documentação referente às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.

11.4. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, a Pregoeira prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

11.5. A ausência de documento e/ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará a proponente, SALVO nas hipóteses previstas no item 11.6.

11.6. Para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do SAAE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.6.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 11.6, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

11.7. Ocorrendo a hipótese contida no item 11.6, o juízo de habilitação referente à microempresa e a empresa de pequeno porte será suspenso até a apresentação da documentação necessária.

11.7.1. A sessão será suspensa e a Pregoeira definirá e comunicará as licitantes a data na qual será dada continuidade ao pregão.

XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pela Pregoeira o objeto da presente licitação.

12.2. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada com o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços a serem registrados, da análise dos documentos de habilitação dos recursos interpostos, além de ocorrências relevantes.

12.3. Inexistindo manifestação recursal, Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

12.4. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII – DOS RECURSOS

13.1. Os recursos, cujos efeitos, prazos, trâmites e condições de cabimento são aqueles fixados no artigo 109 da Lei nº: 8.666/93, bem como, art. 4º, XVIII da Lei nº: 10.520/02 e deverão ser dirigidos a Pregoeira.

13.2. Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias** corridos ²para apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2.1. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata, sendo que o prazo de 03 (três) dias corridos para as contrarrazões contar-se-á da data da lavratura da ata.

² Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Lei 8.666/1993)

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.4. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

13.5. O acolhimento de recurso ou a reconsideração de decisão pela Pregoeira importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. As razões e contrarrazões do Recurso poderão ser apresentadas de forma oral reduzida a termo em ata da sessão ou apresentadas através de memoriais devendo ser protocoladas no Setor de Compras/Licitações do SAAE, situado à Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro – Itabirito/MG, no prazo estabelecido no item 13.2.

13.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade competente homologará o resultado da licitação.

13.8. Dos demais atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei nº. 8.666/93, caberá:

13.8.1. Recurso dirigido à autoridade superior por intermédio da Pregoeira, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no preâmbulo deste edital, nos casos de: anulação ou revogação da licitação; rescisão de contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº. 8.666/93 aplicações das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

13.8.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

13.8.3. Pedido de reconsideração, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.9. Os recursos deverão ser interpostos no prazo legal, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saaeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor Compras/Licitação, localizado na Rua Rio Branco, nº 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, sob pena de não acolhimento.

13.9.1. A petição deverá ser assinada pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

13.9.2. O SAAE não se responsabilizará por recursos endereçados via postal, ou para outros endereços eletrônicos ou ainda entregues em locais diversos do Compras/Licitação, localizado na Rua Rio Branco, nº 99, 2º andar, e que, por isso, não sejam entregues no prazo legal.

XIV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, o SAAE convocará os proponentes classificados, para **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

14.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o transcurso do prazo inicial e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SAAE.

14.2. A recusa injustificada em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo estabelecido no item 14.1, sujeitará o Licitante vencedor à aplicação da penalidade prevista neste instrumento convocatório.

14.3. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.4. O preço registrado e a razão social da licitante serão publicados e ficarão disponibilizados durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.5. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

14.5.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

14.5.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

14.5.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

14.5.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

14.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

14.7. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga o SAAE a efetuar a(s) contratação(ões) que dele(s) poderá(ão) advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.8. A contratação obedecerá à conveniência e necessidade do SAAE, limitada às quantidades estimadas e dentro do período de vigência da ata.

14.9. A assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS estará condicionada à:

- a) Comprovação da regularidade da situação do Licitante vencedor, nos termos definidos neste edital;
- b) Apresentação da proposta detalhada, com os preços corrigidos após os lances.

14.10. A contratação dos itens discriminados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de parte dele, poderá ser formalizada por intermédio de **instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.**

14.11. O setor gerenciador avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, as negociações ao ajustamento do preço e fará publicar, trimestralmente, os preços registrados.

14.12. A Ata de Registro de Preços depois de assinada será encaminhada ao Departamento competente e aos gestores do contrato que se incumbirá de realizar todo o acompanhamento e gerenciamento da mesma, bem como a pesquisa de mercado.

14.13. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº: 8.666, de 1993.

14.14. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá libera-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.15. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.16. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.17. A ARP será utilizada para futura e eventual contratação pelo SAAE, sendo permitida Adesão a Ata por outros entes da Administração Pública, desde que previamente autorizado pelo SAAE.

XV - DA REVISÃO DE PREÇOS E REAJUSTAMENTO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

15.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

15.9. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

15.10. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.10.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

15.10.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

15.10.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

15.11. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

15.12. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

15.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

XVI – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

16.1.1. Pelo CONTRATANTE

16.1.2. A Contratada deixar de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

16.1.3. A Contratada não atender à convocação para firmar Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

16.1.4. A Contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

16.1.5. Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;

16.1.6. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do Registro de Preços;

16.1.7. Quando, por força de fusão ou incorporação da CONTRATADA, bem como associação com terceiros, cessão da posição contratual, cisão, não for comunicado ao CONTRATANTE até 05 (cinco) dias úteis dos respectivos atos, devidamente registrados;

16.1.8. Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado e a Contratada se recusar a baixá-los.

16.1.9. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado, conforme inciso XII do artigo 78 da Lei 8666/93.

16.1.10. Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

16.1.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Contratada, a comunicação será feita por publicação em jornal de grande circulação, por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo Registro, considerando-se cancelado o registro na data da publicação.

16.2. Pela CONTRATADA

16.2.1. Mediante solicitação por escrito, aceita motivadamente pela Administração, a Contratada deverá comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

16.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

16.4. A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 8.666/93.

XVII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I** - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II** - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III** - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV** - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I** - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II** - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III** - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I** - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;

III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;

II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;

c. Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;

d. Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

XVIII – DA RESCISÃO

18.1. Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei nº: 8.666/93.

18.2. O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei nº: 8.666/93.

18.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº: 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

18.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei nº: 8.666/93.

18.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.1.1. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

19.2. O não comparecimento do interessado às sessões públicas ou a falta de sua assinatura nas respectivas atas, implicará na concordância das decisões da Pregoeira.

19.3. Os envelopes não abertos contendo os documentos de habilitação dos licitantes ficarão sob a guarda da Pregoeira, e deverão ser retirados pelos respectivos licitantes pelo prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão do certame. Ao término deste prazo os envelopes serão destruídos, sem que caibam quaisquer reclamações.

19.4. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

19.5. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo licitatório.

19.6. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

19.7. A licitação não implica proposta de contrato por parte do SAAE. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Administração tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

19.8. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar total ou parcialmente esta licitação, por motivo de interesse público, bem como anulá-la, por invalidade, dando ciência de sua decisão aos participantes, sem que a estes caiba qualquer direito de reclamação ou indenização.

19.9. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o SAAE de Itabirito comunicará os fatos verificados ao Ministério Público, para as providências devidas.

19.11. As decisões do Diretor/Presidente e da Pregoeira e o extrato de contrato serão publicados no órgão de Imprensa Local, conforme artigo 78 da Lei orgânica e artigo 6º, XIII da Lei nº. 8.666/93, podendo ser aplicado o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.

19.12. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da autoridade competente superior do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito/MG.

XX – ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

20.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I** – Termo de Referência;
- ANEXO II** – Proposta Comercial;
- ANEXO III** – Modelo de Carta de Credenciamento;
- ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Habilitação;
- ANEXO V** – Modelo de Declaração de Idoneidade;
- ANEXO VI** – Modelo de Declaração do Empregador;
- ANEXO VII** – Modelo de Declaração somente para as ME e EPP;
- ANEXO VIII** – Declaração para ME e EPP, quanto à restrição em Documentação de Regularidade Fiscal;
- ANEXO IX** – Declaração de Vistoria;
- ANEXO X** – Declaração para Renúncia da Vistoria Técnica;
- ANEXO XI** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- ANEXO XII** – Minuta de Contrato.

Itabirito – MG, 02 de Outubro de 2023

ROGÉRIO EDUARDO DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – TR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 035/2023

1. OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As especificações apresentadas visam demonstrar as características mínimas desejadas e imprescindíveis para satisfação do interesse da Administração.

2.2. Como parâmetro de qualidade e compatibilidade com o sistema e equipamentos de CFTV já adquiridos e em funcionamento na autarquia, será exigido o fornecimento de equipamentos e acessórios da marca Intelbras

2.3. Os licitantes devem apresentar no **envelope das propostas** as especificações técnicas dos equipamentos e acessórios comprovando que os mesmos são da marca solicitada (Intelbras) e com especificações técnicas no mínimo iguais ou superiores, porém, compatíveis com o sistema e equipamentos existentes.

2.4. O objeto compreende os seguintes itens abaixo, que integram o presente expediente:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Visitas em todas as edificações da autarquia contemplando serviços de manutenção preventiva com reajustes, limpeza, reconfiguração, recalibração e testes no sistema de CFTV, a serem agendadas pelo gestor da Ata.	Serviço	6		
02	Manutenção corretiva - Instalação de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	10		
03	Manutenção corretiva - Instalação de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	10		
04	Manutenção corretiva - Instalação de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD.	Serviço	02		
05	Manutenção corretiva - Instalação de DVR modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	05		
06	Manutenção corretiva - Instalação de Power Balun modelo VB 1016 WP.	Serviço	05		
07	Manutenção corretiva - Instalação de cabos BNC macho 0,60m.	Serviço	10		
08	Manutenção corretiva - Instalação de VB1001 MC macho.	Serviço	10		
09	Manutenção corretiva - Instalação de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Serviço	300		
10	Manutenção corretiva - Instalação de fibra ótica auto sustentável.	Serviço	100		
11	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores galvanizados.	Serviço	50		
12	Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores de PVC.	Serviço	70		
13	Manutenção corretiva - Instalação de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Serviço	02		

14	Manutenção corretiva - Relocação de câmera bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	05		
15	Manutenção corretiva - Relocação de câmera dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	05		
16	Manutenção corretiva - Relocação de câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.	Serviço	01		
17	Manutenção corretiva - Relocação de DVR existente modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	02		
18	Manutenção corretiva - Relocação de Power Balum existente modelo VB 1016 WP.	Serviço	02		
19	Manutenção corretiva - Relocação de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.	Serviço	200		
20	Manutenção corretiva - Relocação de fibra ótica auto sustentável existente.	Serviço	100		
21	Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutes galvanizados existentes.	Serviço	50		
22	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutes de PVC existentes.	Serviço	70		
23	Aquisição de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Unid	10		
24	Aquisição de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Unid	10		
25	Aquisição de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD Ir.	Unid	02		
26	Aquisição de DVR novos, modelo MHDX 3016 – C.	Unid	05		
27	Aquisição de Power Balum novos modelo VB 1016 WP.	Unid	05		
28	Aquisição de cabos BNC novos machos 0,60m.	Unid	10		
29	Aquisição de VB 1001 MC macho.	Unid	10		
30	Aquisição de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Mt	300		
31	Aquisição de fibra ótica auto sustentável.	Mt	100		
32	Aquisição de eletrodutos e condutes galvanizados.	Mt	50		
33	Aquisição de eletrodutos e condutes de PVC.	Mt	70		
34	Aquisição de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Unid	02		

2.5. Manutenção Preventiva

Tem como finalidade verificar o estado operacional dos equipamentos que compõem o Sistema de CFTV, possibilitando evitar possíveis defeitos por meio da verificação do estado operacional, realizando ajustes, reparos, conferências, regulagens, aferições, lubrificações, limpezas, baseados em normas técnicas, manuais do fabricante e nas melhores práticas relacionadas ao objeto contratado. Imediatamente após a execução da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, em meio digital, Relatório de Serviços Preventivos e todos os check-lists aplicados aos equipamentos, elaborado por técnico responsável pelos serviços, assinados eletronicamente, contendo, no mínimo:

- Identificação do(s) equipamento(s);
- Local de instalação (prédio/sala/corredor/piso ou parede/outros);
- Data e hora da operação normal;
- Havendo detecção de falhas ou defeitos, apresentar:
 - Relação de peças, conjuntos e acessórios ou partes substituídas, se for o caso, com número de série e inventário, inclusive;
 - Ações a serem implementadas para prevenir a ocorrência de novas falhas, se for o caso; Indicação se é recorrente nos últimos 30 (trinta) dias;
 - Nome do técnico responsável pelo trabalho;
 - Número de controle da ordem de serviço.

2.6. Manutenção corretiva

Por demanda, sempre que necessário, quantas vezes forem detectadas falhas nos equipamentos, **sem limite de acionamentos**. Visa restabelecer o(s) equipamento(s) ao seu estado de perfeito uso, funcionamento e layout, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e/ou eletrônicos, incluindo a substituição de materiais de reposição que estiverem gastos, defeituosos ou danificados, em conformidade com normas técnicas, manuais do fabricante e nas melhores práticas relacionadas ao objeto contratado. Imediatamente após a execução da manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, em meio digital, Relatório de Serviços Corretivos, elaborado por técnico responsável pelos serviços, assinados eletronicamente, contendo, no mínimo:

- Identificação do equipamento em falha (tipo, modelo e fabricante);
- Local de instalação (prédio/sala/corredor/piso ou parede/outros);
- Data e hora da restauração da operação normal;
- Motivo da falha;
- Relação de peças, conjuntos e acessórios ou partes substituídas, com número de série e inventário, inclusive
- Ações a serem implementadas para prevenir a ocorrência de novas falhas;
- Nome do técnico responsável pelo trabalho;
- Número de controle da ordem de serviço;
- Indicação se a falha é recorrente nos últimos 30 (trinta) dias

2.6.1 Estão inclusos nos serviços de manutenção corretiva

- Instalação de 10 (dez) câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
- Instalação de 10 (dez) câmeras novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
- Instalação de 02 (duas) câmeras novas Speed modelo Vip 5225 SD.
- Instalação de 05 (cinco) DVR modelo MHDX 3016 – C.
- Instalação de 05 (cinco) Power Balum modelo VB 1016 WP.
- Instalação de 10 (dez) cabos BNC macho 0,60m.
- Instalação de 10 (dez) VB1001 MC macho.
- Instalação de 300 (trezentos) metros de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.
- Instalação de 100 (cem) metros de fibra ótica auto sustentável.
- Instalação de 50 (cinquenta) metros eletrodutos e condutores galvanizados.
- Instalação de 70 (setenta) metros eletrodutos e condutores de PVC.
- Instalação de 02 (dois) conversores de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.
- Relocação de 05 (cinco) câmeras bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
- Relocação de 05 (cinco) câmeras dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
- Relocação de 01 (uma) câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.
- Relocação de 02 (dois) DVRs existente modelo MHDX 3016 – C.
- Relocação de 02 (dois) Power Balum existente modelo VB 1016 WP.
- Relocação de 200 (duzentos) metros de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.
- Relocação de 100 (cem) metros de fibra ótica auto sustentável existente.
- Relocação de 50 (cinquenta) metros de eletrodutos e condutores galvanizados existentes.
- Relocação de 70 (setenta) metros de eletrodutos e condutores de PVC existentes.

2.7. Fornecimento de Equipamentos e acessórios

Todos os equipamentos substituídos/fornecidos devem ser novos, da mesma marca/modelo dos existentes. Caso os modelos existentes estejam descontinuados, os equipamentos substituídos/fornecidos devem possuir no mínimo as características técnicas especificada neste Termo de referência, mas nunca sendo de marcas diferentes assegurando a padronização e a compatibilidade dos protocolos de comunicação.

2.7.1. Estão inclusos no fornecimento os seguintes materiais e acessórios

- Fornecimento de 10 (dez) câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
 - Fornecimento de 10 (dez) câmeras novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
 - Fornecimento de 02 (duas) câmeras novas Speed modelo Vip 5225 SD Ir.
 - Fornecimento de 05 (cinco) DVRs novos, modelo MHDX 3016 – C.
 - Fornecimento de 05 (cinco) Power Balum novos modelo VB 1016 WP.
 - Fornecimento de 10 (dez) cabos BNC novos machos 0,60m.
 - Fornecimento de 10 (dez) VBs 1001 MC macho.
 - Fornecimento de 300 (trezentos) metros cabeamento par trançado para circuito de CFTV.
 - Fornecimento de 100 (cem) metros fibra ótica auto sustentável.
 - Fornecimento de 50 (cinquenta) metros de eletrodutos e condutores galvanizados.
 - Fornecimento de 70 (setenta) metros eletrodutos e condutores de PVC.
- Fornecimento de 02 (dois) conversores de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.

3. JUSTIFICATIVA PADRONIZAÇÃO DE MARCA

A padronização de equipamentos tem base no art. 15 da Lei nº 8.666/93:

*Art.15. As compras, sempre que possível, deverão:
I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.*

Recentemente a autarquia realizou um upgrade do seu sistema de vídeo monitoramento de segurança, foi adquirido um lote de equipamentos (NVRs e câmeras) da marca **Intelbras** visando a padronização dos equipamentos, para facilitar a configuração, instalação, manutenção, compatibilidade e estética da infraestrutura e dos sistemas de CFTV. Desta forma, enfatizamos a importância da compra das câmeras e DVRs da marca Intelbras modelos acima citados (subitem 2.7.1.) pois são os mesmos utilizados pela autarquia.

As especificações apresentadas visam demonstrar as características mínimas desejadas e imprescindíveis para satisfação do interesse da Administração.

4. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

4.1. Para o licitante **provisoriamente classificado em primeiro lugar** será **OBRIGATÓRIA** a apresentação de amostras referentes os itens, considerando os critérios abaixo estabelecidos:

4.2. O licitante **provisoriamente classificado em primeiro lugar** terá o prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, após suspensão da sessão, para entregar as amostras dos itens supramencionados, dentro das condições técnicas especificadas no item 2 deste Termo de Referência. São eles:

- ✓ Eletroduto Condutele, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Adaptador Condutele, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Adaptador de Redução Condutele, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Braçadeira Eletroduto Condutele, ¾ a 1", Cor cinza.
- ✓ Condutele (Caixa de Sobrepor) 5 Entradas, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Curva 90 Eletroduto Condutele, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Luva Eletroduto Condutele, ¾ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Caixas de passagem em PVC (para chão)
- ✓ Eletroduto Corrugado ¾ a 1".
- ✓ Cabo de fibra alto sustentável.
- ✓ Conversor de fibra ótica.
- ✓ Caixas metálicas para área externa Ip 65.

4.3. Todas as amostras apresentadas e aprovadas ficarão na posse do SAAE, sob a custódia do Sr. Sérgio Pereira dos Santos, inobstante, **as amostras serão incluídas como unidade entregue do objeto, evitando a imposição de gasto desnecessário ao licitante e, por conseguinte, o valor unitário relativo às amostras não devem ser preços constantes das propostas apresentadas.**

4.4. As amostras deverão atender todas às especificações descritas neste instrumento, e, quando não for possível verificar pela simples avaliação dos equipamentos/materiais (ou embalagem) se as amostras atendem as especificações, ficará a critério da equipe avaliadora realizar uma análise no site oficial do fabricante do equipamento/materiais para checar se essas especificações constam no mesmo.

4.5. Em caso de insucesso em todas as tentativas retro mencionadas para verificação da adequação das amostras às descrições descritas neste instrumento, **as amostras serão desclassificadas.**

4.6. A decisão de desclassificação das amostras será de competência do responsável do SAAE pela avaliação técnica, que emitirá relatório de forma fundamentada.

4.7. A desclassificação por consequência ocasionará a convocação das demais empresas licitantes, observada a ordem de classificação das propostas e, novamente, os mesmos procedimentos acima mencionados serão observados.

5. CONDIÇÃO DO SERVIÇO/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: BEM/SERVIÇO COMUNS.

O objeto a ser eventualmente contratado enquadra-se na categoria de bem/serviços comuns, de que tratam a Lei Nacional nº 10.520, de 2002 e o Decreto nº 3.555, de 2000, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da **modalidade Pregão Presencial.**

5.1. JUSTIFICATIVA – PREGÃO PRESENCIAL EM DETRIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO - REGIONALIDADE

O Município de Itabirito, através do Decreto nº 12.943/2019, assim previu no § 2º, do artigo 1º:

§2º - Será admitida, **excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial** nas licitações de que trata o caput, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a **desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.**

Como se trata de um serviço essencial que engloba todos os setores e edificações da autarquia no que diz respeito a vigilância e segurança, prevenção de furtos, roubos, extravios de bens públicos, identificação de envolvidos em incidentes e inibidor de possíveis atos de vandalismo aos prédios da autarquia e ainda garante a segurança dos colaboradores e patrimônio, é de suma importância que a **CONTRATADA** mantenha ponto de apoio e/ou sede situada em um raio de 60 (sessenta) Km da sede administrativa da autarquia com profissionais devidamente capacitados para prestação dos serviços referente ao objeto.

Desta forma, a autarquia garantirá o prazo de atendimento descrito neste termo, que é de **8 (horas) horas, a partir do acionamento** da **CONTRATADA** para início dos atendimentos. Posto isso, faz-se imprescindível que o Pregão seja realizado na forma Presencial.

6. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

Frisa-se que a adoção do critério de **menor preço global** se justifica por se tratar de equipamentos com similaridade entre si, por serem da mesma natureza, visando atingir os objetivos da Administração e contribuir para a perfeita aquisição do objeto sem perda da economia de escala.

Dessa maneira, o menor preço global se prova o mais econômico e cabível ao presente caso, levando em consideração que se refere a aquisição de câmeras e prestação de serviços de instalação e configuração. Assim, para gerenciar várias empresas efetivando os serviços relacionados acima, causaria grandes transtornos a Administração e dificuldades em acionar o fornecedor em casos de defeitos.

Dito isso, justifica-se a escolha do menor preço global, atendendo as necessidades e interesses da Administração.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se por tratar de serviços de manutenção, preventiva e corretiva, em equipamentos que compõem o Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão–CFTV instalados na sede administrativa e demais edificações.

Esse sistema registra, por meio de imagens, a entrada e saída de pessoas no perímetro das edificações da autarquia, incidentes de segurança, vandalismo, comportamento indevido e diversas outras ocorrências, garantindo a segurança pessoal e patrimonial, bem como promove maior segurança ao público, colaboradores e edificações.

Ademais, para que o serviço não sofra descontinuidade, é imprescindível a manutenção permanente dos equipamentos que o compõe, a fim de garantir o funcionamento pleno do Sistema de CFTV.

8. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS (em consonância com o art. 15, II, Lei nº 8.666/93)

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP (que não é uma modalidade de licitação) visando contratações futuras, eventuais e por demandas, se concretizando diante de situações onde haja as seguintes especificidades, consoante Decreto Municipal nº 13.214, de 03 de junho de 2020:

- a) Quando for mais conveniente à aquisição de bens ou a contratação de serviços de forma parcelada;
- b) Quando for conveniente para o atendimento da demanda de mais de um Órgão da Administração Municipal, direta e indireta, ou programa de governo;
- c) Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a ocasião e o quantitativo a ser demandado pela Administração Municipal;
- d) Outra hipótese em que seja a melhor escolha para atendimento do interesse público.

Verifica-se que, no presente caso, há o cumprimento dessas especificidades e, por essa razão, justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Esse procedimento facilita o gerenciamento do ajuste da Autarquia Pública, principalmente quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Saae.

Ademais, a legislação local exige que, para adoção do SRP, deve-se valer da modalidade Pregão, antecedida de ampla pesquisa de mercado:

Art. 7º O Registro de Preços deverá ser efetivado por meio de licitação na modalidade pregão e será precedido de ampla pesquisa de mercado.

Considerando que o objeto da presente contratação se trata de aquisição de objeto de natureza comum, a modalidade que se adéqua é mesmo o Pregão, mediante Sistema de Registro de Preços – SRP.

9. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO (em consonância com o art. 7º, § 4º, Lei nº 8.666/93 e com o art. 15, § 7º, II, Lei nº 8.666/93).

O quantitativo anual de manutenções preventivas decorre de análise das manutenções preventivas ocorridas na contratação passadas, bem como de consultas aos sites dos fabricantes e manuais dos equipamentos que compõem o sistema de CFTV. Os fabricantes dos equipamentos recomendam que

a manutenção preventiva ocorra periodicamente, sendo procedida a limpeza, os ajustes em casos de divergência de foco, o alinhamento dos equipamentos externos, a configuração correta do sistema, dentre outros serviços. A análise dos serviços prestados nos últimos anos, indica ser satisfatória a previsão de 6 (seis) manutenções anuais, reduzindo custos. Manutenção corretiva: sempre que necessário, de acordo com as demandas.

Em relação aos fornecimentos e trocas, levou-se em consideração o quantitativo instalado atualmente na autarquia e a média de trocas anuais dos últimos 3 anos.

10. JUSTIFICATIVA DE CONTRATO DE CARÁTER CONTINUADO - NÃO SE APLICA

11. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a) A contratada será responsável pela **análise e demarcação** de todos os pontos de passagem de eletrodutos, caixas de passagem, *Duto PEAD corrugado helicoidal para proteção de cabos subterrâneos* e condutores.
- b) Caso tenha a necessidade de abertura de valas e recomposição asfáltica, será de responsabilidade do SAAE, contudo, a contratada deverá comunicar ao gestor do contrato, através do e-mail sergio.santos@saaeita.mg.gov.br, com antecedência mínima de **2 (dois) dias corridos**.
- c) A contratada será responsável por recompor/reparar paredes, pisos, telhados, estruturas, entre outros, quando danificados em decorrência dos serviços de instalação.
- d) A contratada será responsável pelas instalações que necessitem de passagem e/ou transposições em paredes ou subterrâneas, muros, lajes, sótão, estruturas metálicas, estruturas em madeiras, caixas de inspeção a cada 20 metros, em locais que demandam curvas muito longas ou desníveis, utilizando de *Duto PEAD corrugado helicoidal*, bem como deverá fixar eletrodutos, condutores, curvas e/ou mangueiras flexíveis com grampos de fixação utilizando parafuso com bucha ou solda.
- e) Todo atendimento executado deve ser realizado com zelo, respeitando os horários de funcionamento da sede administrativa e demais unidades do SAAE.
- f) Devem ser observadas as solicitações do gestor do contrato, deve-se manter o local sempre limpo e manter o padrão de qualidade da infraestrutura e acabamento existentes.
- g) Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais necessários para instalação, integridade, infraestrutura, proteção e funcionamento das câmeras.
- h) A contratada deverá atender as **NORMAS CONSTRUTIVAS DE REFERÊNCIA**, relacionadas abaixo:
 - ✓ **NBR 5410** – Norma para instalações elétricas de baixa tensão.
 - ✓ **NBR 15465** – Sistemas de Eletrodutos plásticos p/ instalações Elétricas de baixa tensão
- i) A contratada deverá realizar as instalações nas localidades designadas pelo gestor do contrato de **segunda à sexta, no horário das 08h às 11h e das 13h às 15h30min**.
- j) A contratada deverá efetivar, iniciar e finalizar as manutenções/substituições/instalações no **prazo máximo de 8 (oito) horas** após o acionamento por parte da contratante.
- k) Se durante a realização dos serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, houver risco de perda de dados/informações, fica a CONTRATADA responsável por informar a fiscalização do contrato para proceder gravação prévia de imagens armazenadas que possa ser usada para apuração de alguma ocorrência.

11.1. Dos materiais e peças:

- a) A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de reposição e materiais de consumo, novos, de primeiro uso, bem como ferramentas necessárias à execução dos serviços de manutenção do Sistema de CFTV em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE.
- b) **Entende-se por materiais de reposição:** peças, conjuntos, componentes, acessórios, conectores, adaptadores, fusíveis e cabos de qualquer tipo, como coaxiais e tipo fita;
- c) **Entende-se por materiais de consumo:** produtos de limpeza, óleos, graxas, estopas, flanelas e afins;

- d) **Entende-se por ferramentas:** qualquer instrumento necessário para realização da manutenção dos equipamentos, a exemplo de chave tipo fenda, philips, dentre outros ferramentais.
- e) Todos os materiais e peças defeituosos substituídos deverão ser entregues ao CONTRATANTE.
- f) Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.
- g) Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

11.2. Prazo de entrega dos equipamentos, acessórios e materiais

O fornecimento dos equipamentos, acessórios e materiais, quando solicitados pela Contratante, deverão ser entregues em até **15 (quinze) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho e de acordo com as requisições emitidas e programadas pelo Gestor do contrato.

11.2.1. Os equipamentos, acessórios e materiais deverão ser entregues em cada localidade de instalação definida neste Termo de Referência, quando da solicitação do gestor do contato, sem qualquer ônus para a contratante referente a encargos sobre extravio, danos no transporte, frete e/ou seguro.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- b) Entregar o objeto do contrato, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, em caixa original do fabricante;
- c) Colocar à disposição do SAAE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência;
- d) Não divulgar nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência dos serviços realizados, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- f) Responder por eventuais prejuízos causados ao SAAE por ineficiência ou irregularidades cometidas pelos seus prepostos na execução dos serviços contratados;
- g) Observar as orientações do Órgão Fiscalizador do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- h) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou equipamentos não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- i) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- j) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- k) Aceitar acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o contrato, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.

- m) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.
- n) Orientar a CONTRATANTE para o uso adequado dos equipamentos.
- o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou desvios dos equipamentos que possam ocorrer no transporte até a entrega nas localidades da CONTRATANTE.
- p) Responsabilizar-se por quaisquer danos no patrimônio da CONTRATANTE durante o período de instalação dos equipamentos.
- q) Dar suporte (conforme descrito neste termo de referência) durante todo o prazo de garantia, seja pela CONTRATADA ou pelo fabricante do equipamento.
- r) Entregar todos os equipamentos conforme descritos no item 2 deste termo.
- s) Garantir o suporte, a troca ou reparo dos equipamentos em desconformidade com as especificações, com problemas técnicos, danificados e que apresentarem danos irreparáveis dentro do prazo estipulado como garantia neste Termo de Referência, mínimo de 1 ano.
- t) Entregar todos os equipamentos descritos nas especificações conforme venham ser solicitados, obedecendo os prazos especificados neste termo.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que sejam observadas as condições contratuais;
- f) Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

14. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS NOVOS

14.1. Quando do fornecimento/substituição de equipamentos novos, a contratada deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses.**

14.2. A garantia contratual deve cobrir o reparo ou substituição e a entrega do equipamento que venha a apresentar defeitos e/ou vícios decorrentes de projeto, fabricação, construção ou montagem, inclusive, quando cabível, atualizações corretivas dos softwares (firmwares e drivers) fornecidos com os equipamentos, compreendidas aquelas disponibilizadas pelo fabricante durante o período de garantia

14.3. Substituir as câmeras, NVRs e materiais (condutores, eletrodutos, cabos, fixações, suportes) entre outros, **no prazo máximo de 8 (oito) horas, em caso de defeito, mau funcionamento ou perda de sua integridade física, durante o prazo de garantia.**

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária necessária à realização da despesa decorrente do objeto desta licitação consta do Orçamento da Autarquia. Os recursos para o objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. **Centro de Custo 111**

16. VALOR ESTIMADO

16.1. Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado junto a empresas do ramo do objeto, sendo apurado para essa despesa o valor médio estimado para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 o valor médio de **R\$127.777,43** (cento e vinte e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos) e para os itens 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 de **R\$87.205,82** (oitenta e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos) e, perfazendo um valor total de **R\$ 214.983,25** (duzentos e quatorze mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), estando inclusos neste valor todos os impostos, taxas, tarifas e encargos.

16.2. Critérios de aceitação da proposta

As propostas devem indicar a descrição dos equipamentos, produto, precisar o valor unitário e o valor global. Na composição dos preços já deverão estar considerados todos os custos, tais como tributos, fretes, transportes, seguros, recursos humanos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente, no preço para fornecimento e instalação do objeto deste Termo de Referência.

17. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1. A equipe de fiscalização terá poderes para analisar decidir sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução dos serviços, propor aplicações de advertência a Contratada quanto ao prazo de entrega e as falhas da Contratada, solicitar o reparo dos serviços inadequadamente executados e propor aplicação de penalidades.

17.2. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a as disposições contidas no **Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022.**

Gestora do Contrato

Nome: Sérgio Pereira dos Santos
E-mail: sergio.santos@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Gestor suplente do Contrato

Nome: Clayton da Silva Morais
E-mail: clayton.morais@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Fiscal do Contrato

Nome: Cássio Aparecido de Oliveira
E-mail: comercial@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4100

Fiscal suplente do Contrato

Nome: Claudia Barreto
E-mail: claudia.barreto@saae.mg.gov.br
Contato: (31) 35634112

17.3. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos materiais, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na execução dos serviços;

17.4. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos serviços executadas, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

17.5. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

17.6. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

17.7. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

18. VIGÊNCIA

18.1. A Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses**, iniciando a partir da data de sua publicação.

18.2. O contrato terá validade de 12 meses, contados a partir da data de publicação.

19. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

19.1. Os serviços de instalação e manutenção necessários a cumprimento do objeto, serão executados no **horário das 8h às 11h e das 13h às 15h30min, em dias úteis** nas localidades descritas abaixo, onde a comissão designada para recebimento procederá à conferência e recebimento.

O local para a prestação dos serviços será determinado mediante acordo prévio entre as partes, a partir dos endereços indicados, e conforme as solicitações e necessidades da Administração.

- **SEDE** - Rua Rio Branco, 99 - Centro, Itabirito/MG - ponto de monitoramento localizado no CCO.
- **ETA** - Rua João Faria Gurgel, 281 - Santa Rita, Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na sede da ETA e no CCO.
- **ETE** - Bairro Marzagão – Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na ETE e no CCO
- **UTA** - Rod. Juscelino Kubitschek, Km 572, s/n, Itabirito/MG, pontos de monitoramento localizados na UTA e no CCO.
- **ALMOXARIFADO** - Rua Francisco Marques Júnior, 235, Nossa senhora de Fátima, Itabirito/MG.
- **ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, POÇOS E RESERVATÓRIOS** – Sitiados no município e em seus distritos

20. ACEITE/ RECEBIMENTO

20.1. A aceitação e o recebimento dos equipamentos acessórios e materiais observarão os seguintes termos:

20.2. Deverá ser fornecida documentação técnica (no idioma inglês ou português) produzida pelo fabricante;

20.3. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser novos e sem uso. Não serão aceitos equipamentos acessórios e materiais usados, remanufaturados ou de demonstração;

20.4. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, sendo rejeitados equipamentos com caixas violadas.

20.5. O SAAE poderá efetuar consulta do número de série dos equipamentos, junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente;

20.6. Serão impugnadas pelo SAAE os equipamentos acessórios e materiais que não satisfizerem às condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

20.7. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal e cópia da nota de empenho;

20.8. A aceitação final dos equipamentos acessórios e materiais objeto deste Termo de Referência será realizada em até 02 (dois) dias corridos após o recebimento, por meio da elaboração de Termo de Aceitação, no qual detalhará os eventos de relevância identificados;

20.9. Recebido o objeto, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo dentro do prazo de reposição de até 8 (oito) horas;

20.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil ou ético-profissional pela execução do contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

20.11. O atesto das notas fiscais /faturas referente ao fornecimento caberá ao servidor designado para esse fim, com respaldo no Termo de Aceitação.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite da Nota fiscal, através de **boleto bancário** ou **depósito bancário** em conta corrente, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

21.2. A Nota fiscal deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, devendo ser emitidas dentro dos parâmetros legais, acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

21.3. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

21.4. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

21.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

21.6. Para qualquer alteração nos dados da empresa, a **CONTRATADA** deverá comunicar ao Saae por escrito, acompanhada dos documentos alterados, antes da emissão da Nota Fiscal.

21.7. A **CONTRATADA** deverá manter durante todo processo licitatório os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

21.8. Em caso de irregularidades na emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

21.9. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

21.10. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

21.11. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

21.12. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

21.13. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FINANCEIRA E TÉCNICO-OPERACIONAL

22.1. Qualificação Econômico-financeira

Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial da sede da pessoa jurídica, conforme Lei 11.101/2005, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) há menos de 60 (sessenta) dias da data designada no preâmbulo do Edital para o recebimento da documentação e das propostas.

22.2. Qualificação de Capacidade Técnico-Operacional

22.2.1. Para atendimento da **qualificação técnico-operacional**, será(ao) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços:

- Fornecimento, instalação e configuração de sistema de vigilância eletrônica com no mínimo 23 pontos de monitoramento.

22.2.2. Serão considerados válidos os atestados em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e endereço da entidade. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome, cargo exercido na entidade, números de telefone, e-mail para contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

22.2.3. Justificativa das exigências de Capacidade Técnico-Operacional

Quanto às exigências de qualificação técnica fixadas no Termo de Referência, a Autarquia buscou estabelecê-las de maneiras compatíveis com a dimensão e característica do objeto, conforme admitidas na Lei 8666/1993, nos ditames do art. 30, inciso II e seus parágrafos, além do atual entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, em especial no tocante as características e quantidades coerentes com aquelas licitadas, expressas nos itens de maior relevância e valor significativo, em relação ao objeto do certame.

Dessarte, como se nota, e conforme pontualmente motivado adiante, as especificações e exigências relativas à capacidade técnico-operacional são pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação, tendo o SAAE de Itabirito o poder-dever de fazer tais exigências de cunho técnico, na extensão definida no Termo de Referência, na medida em que tais exigências visam garantir o efetivo e adequado cumprimento do contrato.

Com vistas a dar cumprimento à norma contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, pode e deve a Administração Pública, no procedimento para escolha da melhor proposta, estabelecer certas exigências destinadas a obter excelente garantia de que o Contratado se encontra apto consoante afirma, tanto técnica quanto economicamente, a cumprir o pactuado. Outrossim, pode estipular, na aferição da capacidade técnico-operacional dos licitantes, que estes comprovem não apenas a sua experiência em realizar certos serviços, mas também em realizá-los em determinados quantitativos.

Neste sentido, a Administração Pública deve estabelecer parâmetros legalmente possíveis que separem aqueles que têm condições de executar o contrato licitado daqueles que não as tem.

Ao dissertar sobre o tema, o renomado doutrinador Hely Lopes Meirelles assevera que:

Embora haja interesse da Administração no comparecimento do maior número de licitantes, o exame das propostas restringe-se àquelas que realmente possam ser aceitas, em razão da pessoa do proponente. Isto porque a **Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que, além da regularidade com o Fisco, demonstre possuir capacidade jurídica para o ajuste; condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidade do contrato.** (Grifos nossos)

Este é o posicionamento do Tribunal de Contas da União ao proferir entendimento sobre a questão da qualificação técnica. O Ministro Raimundo Carreiro dispôs que:

(...) é lícita a exigência de atestados de execução de quantidades mínimas de serviços relevantes de dada obra para a comprovação da capacidade técnico-operacional de licitante. (Grifos nossos)

Na mesma linha, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1.214/2013, definiu seu entendimento sobre o tema da seguinte forma:

“Diante dessas considerações, e em observância ao princípio do julgamento objetivo da licitação, verifica-se que as exigências devem ser expressas, delimitadas, objetivas, proporcionais ao objeto da licitação, e, nessa medida, **as empresas licitantes devem comprovar habilidade anterior em executar serviço ou obra em dimensões compatíveis com a almejada na licitação, pois o domínio de técnicas ou a competência para gerenciar, administrar ou executar obras e serviços mostra-se não apenas desejável, mas imprescindível à satisfatória execução do contrato.**” (Grifos Nossos.)

Na verdade, para a execução dos serviços ora licitados, não pode esta Autarquia se expor, arriscando a dispensar a efetividade do conhecimento técnico especializado e a comprovação de experiência pretérita de capacidade profissional e operacional para o cumprimento do objeto do contrato.

Assim sustenta o Superior Tribunal de Justiça na seguinte afirmação feita no Acórdão do Recurso Especial nº 1.381.152/2015:

A capacidade técnica, em regra, consiste no domínio de conhecimento e habilidades (práticas e teóricas) para a execução do objeto a ser contratado, demonstrada por meio de experiências anteriores. **Não basta que os interessados na licitação demonstrem que poderiam executar o serviço, têm que provar que possuem todos os elementos técnicos e empresariais que efetivamente os habilitem a cumprir o objeto do contrato. Deve ser provada a qualificação técnico-operacional (organização empresarial de gestão, referente à empresa,) e a técnico-profissional (referente às pessoas físicas que prestam os serviços).** (Grifos Nossos).

Importante registrar que o atestado de capacidade técnico-operacional é, em síntese, uma declaração/certidão emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que visa comprovar a aptidão do licitante para a execução do objeto do processo licitatório, por meio da certificação de cumprimento de contrato ou equivalente que envolvam objeto idêntico ou similar ao licitado.

Atente-se, ainda, que a competência do administrador público não pode se furtar a identificar, em cada licitação, conforme as características do objeto licitado e do futuro contrato, quais as exigências indispensáveis para assegurar a boa execução. Necessário é que tais condições estejam em consonância com o princípio da igualdade, sejam proporcionais e razoáveis, aptas a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, respeitando o caráter competitivo da licitação.

Assim, a Administração não pode dispensar o cumprimento desses requisitos, pois colocaria em risco a execução dos serviços e o Poder Público, além de violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório

23. VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

23.1. A visita técnica tem por finalidade propiciar previamente aos licitantes o efetivo conhecimento das reais condições dos locais onde serão executados o objeto da contratação, e o real esforço a ser empregado na execução dos serviços, antes da elaboração de sua proposta comercial;

23.2. O objetivo da visita técnica é evitar que tanto para o licitante quanto para o SAAE haja prejuízos de natureza técnica ou econômica, quando da formulação de propostas imprecisas, ou mesmo durante a execução do contrato;

23.3. A visita técnica **iniciará no primeiro dia útil após a publicação do edital e terminará no dia útil anterior a data de abertura do certame.**

23.4. A visita técnica poderá ser agendada com o Sérgio Pereira dos Santos – **Assessor de Tecnologia da Informação, Sr. Sérgio Pereira dos Santos (31) 3562- 4117/98469-5559 ou com Clayton Moraes (31) 3562-4117, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h.**

23.5. A visita técnica deve ser agendada de forma individualizada com as empresas interessadas nesta licitação.

23.6. É importante que as empresas se façam representar nesta visita por profissionais qualificados e detentores de conhecimento técnico relacionado ao objeto deste certame.

23.7. Para que as empresas interessadas nesta licitação possam participar da visita técnica será necessário que a mesma credencie um representante através da apresentação, no ato da visita, de um documento devidamente assinado indicando o nome de seu colaborador ou terceirizado, número da cédula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita técnica. A falta de apresentação deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

23.8. Para a realização da visita técnica, o representante da licitante deverá fornecer a **“DECLARAÇÃO DE VISTORIA”**, conforme modelo disponível no **ANEXO IX**, com os dados da empresa e assinada pelo representante legal.

23.9. A visita técnica não é obrigatória. O(s) representante(s) da empresa licitante poderá(ão), facultativamente, realizar visita técnica nos locais, examinando, tomando ciência do estado das localidades, características, quantidades e eventuais dificuldades, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento dessas informações.

23.10. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes **NÃO PODERÃO** alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventual pretensão de decréscimo do valor mensal fixado, que é obrigatório em decorrência da execução do objeto deste processo licitatório.

23.11. Conforme entendimento estabelecido pelo Tribunal de Contas da União, é facultado ao proponente deixar de realizar a vistoria técnica nos locais desde que forneça uma declaração de que conhece as condições construtivas presentes nos locais, conforme **DECLARAÇÃO PARA RENÚNCIA DA VISTORIA TÉCNICA - MODELO NO ANEXO X. (DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO NO MOMENTO DO PREGÃO).**

23.12. A contratada se responsabiliza pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições dos locais de execução do objeto, não se admitindo qualquer custo adicional para o SAAE de Itabirito.

23.13. Todas as despesas relacionadas à vistoria serão por conta da empresa licitante.

24. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (QUANDO COUBER):

25. PROJETOS (QUANDO COUBER): NÃO SE APLICA.

26. TÉCNICO RESPONSÁVEL POR CONFERIR DOCUMENTOS EXIGIDOS: Sérgio Pereira dos Santos.

27. SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO: Danielle Aguiar Braga

28. ORDENADOR DE DESPESAS: Rogério Eduardo (Diretor Presidente)

Itabirito-MG, 28 de setembro de 2023.

Sérgio Pereira dos Santos
Gerente de TI
GESTOR DO CONTRATO

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 105/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 035/2023

1.1. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

Data de apresentação da proposta: 19/10/2023 Horário: **Às 09:00hs**

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR ESTE MODELO DE PROPOSTA

Dados da empresa:

Razão Social _____

CNPJ _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado___ Contato_____

E-mail _____

Dados bancários: Banco _____ Agência: _____

Conta Corrente _____

Apresentamos Proposta Comercial para o fornecimento dos materiais abaixo discriminados, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no EDITAL.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As especificações apresentadas visam demonstrar as características mínimas desejadas e imprescindíveis para satisfação do interesse da Administração.

2.2. Como parâmetro de qualidade e compatibilidade com o sistema e equipamentos de CFTV já adquiridos e em funcionamento na autarquia, será exigido o fornecimento de equipamentos e acessórios da marca Intelbras

2.3. Os licitantes devem apresentar no **envelope das propostas** as especificações técnicas dos equipamentos e acessórios comprovando que os mesmos são da marca solicitada (Intelbras) e com especificações técnicas no mínimo iguais ou superiores, porém, compatíveis com o sistema e equipamentos existentes.

2.4. O objeto compreende os seguintes itens abaixo, que integram o presente expediente:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	MARCA / FABRICANTE	SE IMPORTADO O PAÍS DE ORIGEM
01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Visitas em todas as edificações da autarquia contemplando serviços de manutenção preventiva com reajustes, limpeza, reconfiguração, recalibração e testes no sistema de CFTV, a serem agendadas pelo gestor da Ata.	Serviço	6				
02	Manutenção corretiva - Instalação de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	10				
03	Manutenção corretiva - Instalação de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	10				
04	Manutenção corretiva - Instalação de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD.	Serviço	02				
05	Manutenção corretiva - Instalação de DVR modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	05				
06	Manutenção corretiva - Instalação de Power Balum modelo VB 1016 WP.	Serviço	05				
07	Manutenção corretiva - Instalação de cabos BNC macho 0,60m.	Serviço	10				
08	Manutenção corretiva - Instalação de VB1001 MC macho.	Serviço	10				
09	Manutenção corretiva - Instalação de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Serviço	300				
10	Manutenção corretiva - Instalação de fibra ótica auto sustentável.	Serviço	100				
11	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores galvanizados.	Serviço	50				
12	Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores de PVC.	Serviço	70				
13	Manutenção corretiva - Instalação de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Serviço	02				
14	Manutenção corretiva - Relocação de câmera bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	05				
15	Manutenção corretiva - Relocação de câmera dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	05				
16	Manutenção corretiva - Relocação de câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.	Serviço	01				
17	Manutenção corretiva - Relocação de DVR existente modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	02				
18	Manutenção corretiva - Relocação de Power Balum existente modelo VB 1016 WP.	Serviço	02				
19	Manutenção corretiva - Relocação de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.	Serviço	200				
20	Manutenção corretiva - Relocação de fibra ótica auto sustentável existente.	Serviço	100				
21	Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutores galvanizados existentes.	Serviço	50				
22	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutores de PVC existentes.	Serviço	70				
23	Aquisição de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Unid	10				
24	Aquisição de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Unid	10				
25	Aquisição de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD Ir.	Unid	02				
26	Aquisição de DVR novos, modelo MHDX 3016 – C.	Unid	05				
27	Aquisição de Power Balum novos modelo VB 1016 WP.	Unid	05				
28	Aquisição de cabos BNC novos machos 0,60m.	Unid	10				
29	Aquisição de VB 1001 MC macho.	Unid	10				
30	Aquisição de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Mt	300				
31	Aquisição de fibra ótica auto sustentável.	Mt	100				
32	Aquisição de eletrodutos e condutores galvanizados.	Mt	50				
33	Aquisição de eletrodutos e condutores de PVC.	Mt	70				
34	Aquisição de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Unid	02				
Valor Total R\$: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX							

2.5. Manutenção Preventiva

Tem como finalidade verificar o estado operacional dos equipamentos que compõem o Sistema de CFTV, possibilitando evitar possíveis defeitos por meio da verificação do estado operacional, realizando ajustes, reparos, conferências, regulagens, aferições, lubrificações, limpezas, baseados em normas técnicas, manuais do fabricante e nas melhores práticas relacionadas ao objeto contratado. Imediatamente após a execução da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, em meio digital, Relatório de Serviços Preventivos e todos os check-lists aplicados aos equipamentos, elaborado por técnico responsável pelos serviços, assinados eletronicamente, contendo, no mínimo:

- Identificação do(s) equipamento(s);
- Local de instalação (prédio/sala/corredor/piso ou parede/outros);
- Data e hora da operação normal;
- Havendo detecção de falhas ou defeitos, apresentar:
 - Relação de peças, conjuntos e acessórios ou partes substituídas, se for o caso, com número de série e inventário, inclusive;
 - Ações a serem implementadas para prevenir a ocorrência de novas falhas, se for o caso; Indicação se é reincidente nos últimos 30 (trinta) dias;
 - Nome do técnico responsável pelo trabalho;
 - Número de controle da ordem de serviço.

2.6. Manutenção corretiva

Por demanda, sempre que necessário, quantas vezes forem detectadas falhas nos equipamentos, **sem limite de acionamentos**. Visa restabelecer o(s) equipamento(s) ao seu estado de perfeito uso, funcionamento e layout, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e/ou eletrônicos, incluindo a substituição de materiais de reposição que estiverem gastos, defeituosos ou danificados, em conformidade com normas técnicas, manuais do fabricante e nas melhores práticas relacionadas ao objeto contratado. Imediatamente após a execução da manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, em meio digital, Relatório de Serviços Corretivos, elaborado por técnico responsável pelos serviços, assinados eletronicamente, contendo, no mínimo:

- Identificação do equipamento em falha (tipo, modelo e fabricante);
- Local de instalação (prédio/sala/corredor/piso ou parede/outros);
- Data e hora da restauração da operação normal;
- Motivo da falha;
- Relação de peças, conjuntos e acessórios ou partes substituídas, com número de série e inventário, inclusive
- Ações a serem implementadas para prevenir a ocorrência de novas falhas;
- Nome do técnico responsável pelo trabalho;
- Número de controle da ordem de serviço;
- Indicação se a falha é reincidente nos últimos 30 (trinta) dias

2.6.1 Estão inclusos nos serviços de manutenção corretiva

- Instalação de 10 (dez) câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
- Instalação de 10 (dez) câmeras novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
- Instalação de 02 (duas) câmeras novas Speed modelo Vip 5225 SD.
- Instalação de 05 (cinco) DVR modelo MHDX 3016 – C.
- Instalação de 05 (cinco) Power Balum modelo VB 1016 WP.
- Instalação de 10 (dez) cabos BNC macho 0,60m.
- Instalação de 10 (dez) VB1001 MC macho.
- Instalação de 300 (trezentos) metros de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.
- Instalação de 100 (cem) metros de fibra ótica auto sustentável.

- Instalação de 50 (cinquenta) metros eletrodutos e condutes galvanizados.
- Instalação de 70 (setenta) metros eletrodutos e condutes de PVC.
- Instalação de 02 (dois) conversores de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.
- Relocação de 05 (cinco) câmeras bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
- Relocação de 05 (cinco) câmeras dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
- Relocação de 01 (uma) câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.
- Relocação de 02 (dois) DVRs existente modelo MHDX 3016 – C.
- Relocação de 02 (dois) Power Balum existente modelo VB 1016 WP.
- Relocação de 200 (duzentos) metros de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.
- Relocação de 100 (cem) metros de fibra ótica auto sustentável existente.
- Relocação de 50 (cinquenta) metros de eletrodutos e condutes galvanizados existentes.
- Relocação de 70 (setenta) metros de eletrodutos e condutes de PVC existentes.

2.7. Fornecimento de Equipamentos e acessórios

Todos os equipamentos substituídos/fornecidos devem ser novos, da mesma marca/modelo dos existentes. Caso os modelos existentes estejam descontinuados, os equipamentos substituídos/fornecidos devem possuir no mínimo as características técnicas especificada neste Termo de referência, mas nunca sendo de marcas diferentes assegurando a padronização e a compatibilidade dos protocolos de comunicação.

2.7.1. Estão inclusos no fornecimento os seguintes materiais e acessórios

- Fornecimento de 10 (dez) câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.
 - Fornecimento de 10 (dez) câmeras novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.
 - Fornecimento de 02 (duas) câmeras novas Speed modelo Vip 5225 SD Ir.
 - Fornecimento de 05 (cinco) DVRs novos, modelo MHDX 3016 – C.
 - Fornecimento de 05 (cinco) Power Balum novos modelo VB 1016 WP.
 - Fornecimento de 10 (dez) cabos BNC novos machos 0,60m.
 - Fornecimento de 10 (dez) VBs 1001 MC macho.
 - Fornecimento de 300 (trezentos) metros cabeamento par trançado para circuito de CFTV.
 - Fornecimento de 100 (cem) metros fibra ótica auto sustentável.
 - Fornecimento de 50 (cinquenta) metros de eletrodutos e condutes galvanizados.
 - Fornecimento de 70 (setenta) metros eletrodutos e condutes de PVC.
- Fornecimento de 02 (dois) conversores de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.

2.8. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

2.8.1. Para o licitante **provisoriamente classificado em primeiro lugar** será **OBRIGATÓRIA** a apresentação de amostras referentes os itens, considerando os critérios abaixo estabelecidos:

2.8.2. O licitante **provisoriamente classificado em primeiro lugar** terá o prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, após suspensão da sessão, para entregar as amostras dos itens supramencionados, dentro das condições técnicas especificadas no item 2 deste Termo de Referência. São eles:

- ✓ Eletroduto Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Adaptador Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Adaptador de Redução Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Braçadeira Eletroduto Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", Cor cinza.
- ✓ Condutele (Caixa de Sobrepor) 5 Entradas, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Curva 90 Eletroduto Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Luva Eletroduto Condutele, $\frac{3}{4}$ a 1", soldável, Cor cinza.
- ✓ Caixas de passagem em PVC (para chão)
- ✓ Eletroduto Corrugado $\frac{3}{4}$ a 1".

- ✓ Cabo de fibra alto sustentável.
- ✓ Conversor de vibra óptica.
- ✓ Caixas metálicas para área externa Ip 65.

2.8.3. Todas as amostras apresentadas e aprovadas ficarão na posse do SAAE, sob a custódia do Sr. Sérgio Pereira dos Santos, inobstante, **as amostras serão incluídas como unidade entregue do objeto, evitando a imposição de gasto desnecessário ao licitante e, por conseguinte, o valor unitário relativo às amostras não devem ser preços constantes das propostas apresentadas.**

2.8.4. As amostras deverão atender todas às especificações descritas neste instrumento, e, quando não for possível verificar pela simples avaliação dos equipamentos/materiais (ou embalagem) se as amostras atendem as especificações, ficará a critério da equipe avaliadora realizar uma análise no site oficial do fabricante do equipamento/materiais para checar se essas especificações constam no mesmo.

2.8.5. Em caso de insucesso em todas as tentativas retro mencionadas para verificação da adequação das amostras às descrições descritas neste instrumento, **as amostras serão desclassificadas.**

2.8.6. A decisão de desclassificação das amostras será de competência do responsável do SAAE pela avaliação técnica, que emitirá relatório de forma fundamentada.

2.8.7. A desclassificação por consequência ocasionará a convocação das demais empresas licitantes, observada a ordem de classificação das propostas e, novamente, os mesmos procedimentos acima mencionados serão observados.

3. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS NOVOS

3.1. Quando do fornecimento/substituição de equipamentos novos, a contratada deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses.**

3.2. A garantia contratual deve cobrir o reparo ou substituição e a entrega do equipamento que venha a apresentar defeitos e/ou vícios decorrentes de projeto, fabricação, construção ou montagem, inclusive, quando cabível, atualizações corretivas dos softwares (firmwares e drivers) fornecidos com os equipamentos, compreendidas aquelas disponibilizadas pelo fabricante durante o período de garantia

3.3. Substituir as câmeras, NVRs e materiais (condutores, eletrodutos, cabos, fixações, suportes) entre outros, **no prazo máximo de 8 (oito) horas, em caso de defeito, mau funcionamento ou perda de sua integridade física, durante o prazo de garantia.**

VALIDADE DA PROPOSTA:

No mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

Declaro que no preço proposto encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, _____ de _____ de 2023

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

ANEXO III
MODELO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

Por este presente instrumento, fica credenciado o Sr. (a) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº.: _____, Carteira de Identidade nº.: _____, expedida por _____, junto ao Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - MG, para representar a empresa (_____) na licitação acima referida, a quem outorgam poderes para efetuar lances verbais, rubricar propostas das demais licitantes, a assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no processo licitatório em referência.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

RECONHECER FIRMA

obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo padronizado da empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº: 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº: **007/2023**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo padronizado da empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/, que até a presente data não foi declarada inidônea pela Administração Pública, ou suspensão de contratar com a Administração, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de fatos supervenientes, ciente de que a não declaração resulta em incidência de penalidades legais, de acordo com o previsto no § 2º do art. 32, da Lei nº: 8.666/1993.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

Representante legal

ANEXO VI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº: 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº: 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

Representante legal

(Obs: em caso afirmativo assinar a ressalva acima)

ANEXO VII

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Ao

Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que é considerada:

- MICROEMPRESA**, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06;
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06.

E que se encontra sob o regime favorecido da mencionada Lei Complementar nº: 123/06, fazendo jus aos benefícios contidos na referida lei.

Declara que está excluída das vedações constante do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº: 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda ter ciência que a falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº: 123/2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº: 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE A PREGOEIRA, NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES, EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO, PELAS EMPRESAS QUE PRETENDEREM SE BENEFICIAR DO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E, SE ENQUADRAREM COMO TAL.

ANEXO VIII

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, QUANTO À RESTRIÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

A

Pregoeira e sua equipe de apoio

Ref.: Processo Licitatório nº. 105/2023 - Pregão Presencial nº. 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.

A empresa (_____), inscrita sob o CNPJ nº.: _____, por intermédio de seu representante legal (o)s Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº.: _____ e do CPF nº.: _____, DECLARA, sob as penas da Lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, sob pena de aplicação do art. 6º do Decreto Municipal nº. 8.949 de 26 de abril de 2010, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2023**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

ANEXO IX
MODELO DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____
inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o N.º _____,
com sede na _____ (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____
infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade N.º _____ expedida pela
_____ e do Cadastro da Pessoa Física CPF/MF sob o N.º
_____ visitou no SAAE de Itabirito/MG com sede na Rua Rio Branco, 99,
Centro, Itabirito/MG, conforme descrito no Edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 105/2023 –
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.**

Itabirito, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável/Representante Legal da Empresa (Nome, cargo, CPF)

Carimbo e Assinatura do Representante do SAAE

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal _____ o (a) Sr. (a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARO SOB AS PENAS DA LEI A RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA** no SAAE de Itabirito/MG, com sede na Rua Rio Branco, 99, Centro, Itabirito/MG, referente as instalações para a prestação dos serviços descrito no Edital **PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 105/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2023 - Registro de Preços nº. 035/2023.**

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para licitação.

Itabirito, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável / Representante legal da empresa (nome, cargo e CPF)

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

ANEXO XI

MINUTA DA ATA Nº ____/ de 2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 105/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2023

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 035/2023

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, o Serviço Autônomo Saneamento Básico, do município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº. 2.999 de abril de 2014, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, CEP 35450-081, inscrito no CNPJ nº. 20.067.146/0001-61, representado neste ato por seu Diretor Presidente em Exercício, **Rogério Eduardo de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais, consoante Decreto nº 12704/2019, e nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, observadas, ainda, as disposições do Edital do **Processo Licitatório nº 105/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº 007/2023**, do tipo **Menor Preço Global**, para registro de preços regido pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº: 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, pelo Decreto Federal nº. 3.555/2000, Decreto Municipal nº. 8949/2010, alterado pelo Decreto Municipal 9345/2011, Decreto Municipal 13214/2020, alterado pelo Decreto Municipal 13434/2020 e demais disposições legais aplicáveis, **resolve registrar os preços da empresa abaixo citada mediante as condições a seguir pactuadas.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

CONTRATADA/FORNECEDOR: (Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone para contato, e-mail e dados do representante legal com CPF).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	<u>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:</u>				
01	Visitas em todas as edificações da autarquia contemplando serviços de manutenção preventiva com reajustes, limpeza, reconfiguração, recalibração e testes no sistema de CFTV, a serem agendadas pelo gestor da Ata.	Serviço	6		
02	Manutenção corretiva - Instalação de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	10		
03	Manutenção corretiva - Instalação de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	10		
04	Manutenção corretiva - Instalação de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD.	Serviço	02		
05	Manutenção corretiva - Instalação de DVR modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	05		
06	Manutenção corretiva - Instalação de Power Balum modelo VB 1016 WP.	Serviço	05		
07	Manutenção corretiva - Instalação de cabos BNC macho 0,60m.	Serviço	10		
08	Manutenção corretiva - Instalação de VB1001 MC macho.	Serviço	10		
09	Manutenção corretiva - Instalação de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Serviço	300		
10	Manutenção corretiva - Instalação de fibra ótica auto sustentável.	Serviço	100		
11	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores galvanizados.	Serviço	50		

12	Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutes de PVC.	Serviço	70		
13	Manutenção corretiva - Instalação de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Serviço	02		
14	Manutenção corretiva - Relocação de câmera bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	05		
15	Manutenção corretiva - Relocação de câmera dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	05		
16	Manutenção corretiva - Relocação de câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.	Serviço	01		
17	Manutenção corretiva - Relocação de DVR existente modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	02		
18	Manutenção corretiva - Relocação de Power Balum existente modelo VB 1016 WP.	Serviço	02		
19	Manutenção corretiva - Relocação de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.	Serviço	200		
20	Manutenção corretiva - Relocação de fibra ótica auto sustentável existente.	Serviço	100		
21	Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutes galvanizados existentes.	Serviço	50		
22	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutes de PVC existentes.	Serviço	70		
23	Aquisição de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Unid	10		
24	Aquisição de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Unid	10		
25	Aquisição de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD Ir.	Unid	02		
26	Aquisição de DVR novos, modelo MHDX 3016 – C.	Unid	05		
27	Aquisição de Power Balum novos modelo VB 1016 WP.	Unid	05		
28	Aquisição de cabos BNC novos machos 0,60m.	Unid	10		
29	Aquisição de VB 1001 MC macho.	Unid	10		
30	Aquisição de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Mt	300		
31	Aquisição de fibra ótica auto sustentável.	Mt	100		
32	Aquisição de eletrodutos e condutes galvanizados.	Mt	50		
33	Aquisição de eletrodutos e condutes de PVC.	Mt	70		
34	Aquisição de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Unid	02		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços tem validade de **12 (doze) meses**, a contar da eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, conforme preceitua o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A equipe de fiscalização terá poderes para analisar decidir sobre proposições do Prestador de Serviço/Fornecedor que visem melhorar a execução dos serviços, propor aplicações de advertência ao Prestador de Serviço/Fornecedor quanto ao prazo de entrega e as falhas do Prestador de Serviço/Fornecedor, solicitar o reparo dos serviços inadequadamente executados e propor aplicação de penalidades.

3.2. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições contidas no **Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022.**

Gestora da Ata

Nome: Sérgio Pereira dos Santos
E-mail: sergio.santos@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Fiscal da Ata

Nome: Cássio Aparecido de Oliveira
E-mail: Comercial@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4100

Gestor Suplente da Ata

Nome: Clayton da Silva Moraes
E-mail: clayton.morais@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Fiscal Suplente da Ata

Nome: Claudia Barreto
E-mail: claudia.barreto@saae.mg.gov.br
Contato: (31) 35634112

3.3. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, o Prestador de Serviço/Fornecedor das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos materiais, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução da Ata. De igual maneira, o prestador de serviço/fornecedor responde integralmente pela segurança do pessoal na execução dos serviços;

3.4. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos serviços executadas, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

3.5. Competirá ao responsável pela fiscalização da ata velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

3.6. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução da ata, o agente fiscalizador dará ciência ao Prestador de Serviço/Fornecedor, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

3.7. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pelo Prestador de Serviço/Fornecedor.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será usuário do Registro de Preços o SAAE de Itabirito, através do **Setor de Tecnologia da Informação**, admitindo-se, no entanto, Adesão a Ata por outros órgãos e entes da Administração Pública, desde que previamente autorizado pelo SAAE.

4.2. A existência de preços registrados não obriga o SAAE de Itabirito, a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de prestação em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A contratação dos itens discriminados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou de parte dele, poderá ser formalizada por intermédio de **instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil**, após a emissão da ordem de serviços pelo Setor de Compras do SAAE, mediante autorização da Gerência.

5.2. O PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR, para fins de fornecer o objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo I do Edital de Licitação do Processo Licitatório acima mencionado, que integra esta Ata como se nela estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite da Nota fiscal, através de **boleto bancário** ou **depósito bancário** em conta corrente, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

6.2. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

6.3. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

6.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

6.5. A Nota fiscal deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, devendo ser emitidas dentro dos parâmetros legais, acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

6.6. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

6.6.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

6.6.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

6.6.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.6.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

6.7. Para qualquer alteração nos dados da empresa, o Prestador de Serviço/Fornecedor deverá comunicar ao SAAE por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 30 (trinta) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

6.8. O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá manter durante todo processo licitatório e execução da Ata os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

6.9. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- b) Entregar o objeto da Ata, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, em caixa original do fabricante;

- c) Colocar à disposição do SAAE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência;
- d) Não divulgar nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência dos serviços realizados, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- f) Responder por eventuais prejuízos causados ao SAAE por ineficiência ou irregularidades cometidas pelos seus prepostos na execução dos serviços contratados;
- g) Observar as orientações do Órgão Fiscalizador da Ata, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- h) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pelo SAAE, quando o serviço e/ou equipamentos não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- i) Manter durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- j) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto ao SAAE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução da Ata.
- k) Aceitar acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, a Ata, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo autorização expressa do SAAE.
- m) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do SAAE.
- n) Orientar o SAAE para o uso adequado dos equipamentos.
- o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou desvios dos equipamentos que possam ocorrer no transporte até a entrega nas localidades do SAAE.
- p) Responsabilizar-se por quaisquer danos no patrimônio do SAAE durante o período de instalação dos equipamentos.
- q) Dar suporte (conforme descrito neste termo de referência) durante todo o prazo de garantia, seja pelo PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR ou pelo fabricante do equipamento.
- r) Entregar todos os equipamentos conforme descritos no item 2 deste termo.
- s) Garantir o suporte, a troca ou reparo dos equipamentos em desconformidade com as especificações, com problemas técnicos, danificados e que apresentarem danos irreparáveis dentro do prazo estipulado como garantia neste Termo de Referência, mínimo de 1 ano.
- t) Entregar todos os equipamentos descritos nas especificações conforme venham ser solicitados, obedecendo os prazos especificados neste termo.

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O SAAE deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar o Prestador de Serviço/Fornecedor, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Prestador de Serviço/Fornecedor, através do servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento ao Prestador de Serviço/Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que sejam observadas as condições contratuais;
- f) Aplicar as sanções, conforme previsto na Ata.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS NOVOS

8.1. Quando do fornecimento/substituição de equipamentos novos, o Prestador de Serviço/Fornecedor deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses**.

8.2. A garantia contratual deve cobrir o reparo ou substituição e a entrega do equipamento que venha a apresentar defeitos e/ou vícios decorrentes de projeto, fabricação, construção ou montagem, inclusive, quando cabível, atualizações corretivas dos softwares (firmwares e drivers) fornecidos com os equipamentos, compreendidas aquelas disponibilizadas pelo fabricante durante o período de garantia

8.3. Substituir as câmeras, NVRs e materiais (condutores, eletrodutos, cabos, fixações, suportes) entre outros, **no prazo máximo de 8 (oito) horas, em caso de defeito, mau funcionamento ou perda de sua integridade física, durante o prazo de garantia.**

CLÁUSULA NONA – LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. Os serviços de instalação e manutenção necessários a cumprimento do objeto, serão executados no **horário das 8h às 11h e das 13h às 15h30min, em dias úteis** nas localidades descritas abaixo, onde a comissão designada para recebimento procederá à conferência e recebimento.

9.2. O local para a prestação dos serviços será determinado mediante acordo prévio entre as partes, a partir dos endereços indicados, e conforme as solicitações e necessidades da Administração.

- **SEDE** - Rua Rio Branco, 99 - Centro, Itabirito/MG - ponto de monitoramento localizado no CCO.
- **ETA** - Rua João Faria Gurgel, 281 - Santa Rita, Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na sede da ETA e no CCO.
- **ETE** - Bairro Marzagão – Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na ETE e no CCO
- **UTA** - Rod. Juscelino Kubitschek, Km 572, s/n, Itabirito/MG, pontos de monitoramento localizados na UTA e no CCO.
- **ALMOXARIFADO** - Rua Francisco Marques Júnior, 235, Nossa senhora de Fátima, Itabirito/MG.
- **ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, POÇOS E RESERVATÓRIOS** – Sitiados no município e em seus distritos.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O Prestador de Serviço/Fornecedor será responsável pela **análise e demarcação** de todos os pontos de passagem de eletrodutos, caixas de passagem, *Duto PEAD corrugado helicoidal para proteção de cabos subterrâneos* e condutores.

- a) Caso tenha a necessidade de abertura de valas e recomposição asfáltica, será de responsabilidade do SAAE, contudo, a contratada deverá comunicar ao gestor do contrato, através do e-mail sergio.santos@saaeita.mg.gov.br, com antecedência mínima de **2 (dois) dias corridos**.
- b) O Prestador de Serviço/Fornecedor será responsável por recompor/reparar paredes, pisos, telhados, estruturas, entre outros, quando danificados em decorrência dos serviços de instalação.
- c) O Prestador de Serviço/Fornecedor será responsável pelas instalações que necessitem de passagem e/ou transposições em paredes ou subterrâneas, muros, lajes, sótão, estruturas metálicas, estruturas em madeiras, caixas de inspeção a cada 20 metros, em locais que demandam curvas muito longas ou desníveis, utilizando de *Duto PEAD corrugado helicoidal*, bem como deverá fixar eletrodutos, condutores, curvas e/ou mangueiras flexíveis com grampos de fixação utilizando parafuso com bucha ou solda.
- d) Todo atendimento executado deve ser realizado com zelo, respeitando os horários de funcionamento da sede administrativa e demais unidades do SAAE.
- e) Devem ser observadas as solicitações do gestor da Ata, deve-se manter o local sempre limpo e manter o padrão de qualidade da infraestrutura e acabamento existentes.

- f) Será de responsabilidade do Prestador de Serviço/Fornecedor o fornecimento de todos os materiais necessários para instalação, integridade, infraestrutura, proteção e funcionamento das câmeras.
- g) O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá atender as **NORMAS CONSTRUTIVAS DE REFERÊNCIA**, relacionadas abaixo:
 - ✓ **NBR 5410** – Norma para instalações elétricas de baixa tensão.
 - ✓ **NBR 15465** – Sistemas de Eletrodutos plásticos p/ instalações Elétricas de baixa tensão
- h) O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá realizar as instalações nas localidades designadas pelo gestor da Ata de **segunda à sexta, no horário das 08h às 11h e das 13h às 15h30min.**
- i) O Prestador de Serviço/Fornecedor deverá efetivar, iniciar e finalizar as manutenções/substituições/instalações no **prazo máximo de 8 (oito) horas** após o acionamento por parte do Saae.
- j) Se durante a realização dos serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, houver risco de perda de dados/informações, fica a **PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR** responsável por informar a fiscalização da Ata para proceder gravação prévia de imagens armazenadas que possa ser usada para apuração de alguma ocorrência.

10.1. Dos materiais e peças:

- a) O **PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR** deverá fornecer todos os materiais de reposição e materiais de consumo, novos, de primeiro uso, bem como ferramentas necessárias à execução dos serviços de manutenção do Sistema de CFTV em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do SAAE.
- b) **Entende-se por materiais de reposição:** peças, conjuntos, componentes, acessórios, conectores, adaptadores, fusíveis e cabos de qualquer tipo, como coaxiais e tipo fita;
- c) **Entende-se por materiais de consumo:** produtos de limpeza, óleos, graxas, estopas, flanelas e afins;
- d) **Entende-se por ferramentas:** qualquer instrumento necessário para realização da manutenção dos equipamentos, a exemplo de chave tipo fenda, philips, dentre outros ferramentais.
- e) Todos os materiais e peças defeituosos substituídos deverão ser entregues ao SAAE.
- f) Ficará a cargo do **PRESTADOR DE SERVIÇO/FORNECEDOR** toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.
- g) Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do SAAE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do SAAE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

10.2. Prazo de entrega dos equipamentos, acessórios e materiais

O fornecimento dos equipamentos, acessórios e materiais, quando solicitados pelo Saae, deverão ser entregues em até **15 (quinze) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho e de acordo com as requisições emitidas e programadas pelo Gestor da Ata.

10.2.1. Os equipamentos, acessórios e materiais deverão ser entregues em cada localidade de instalação definida neste Termo de Referência, quando da solicitação do gestor da Ata, sem qualquer ônus para o Saae referente a encargos sobre extravio, danos no transporte, frete e/ou seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITE / RECEBIMENTO

11.1. A aceitação e o recebimento dos equipamentos acessórios e materiais observarão os seguintes termos:

11.2. Deverá ser fornecida documentação técnica (no idioma inglês ou português) produzida pelo fabricante;

11.3. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser novos e sem uso. Não serão aceitos equipamentos acessórios e materiais usados, remanufaturados ou de demonstração;

11.4. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, sendo rejeitados equipamentos com caixas violadas.

11.5. O SAAE poderá efetuar consulta do número de série dos equipamentos, junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente;

11.6. Serão impugnadas pelo SAAE os equipamentos acessórios e materiais que não satisfizerem às condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

11.7. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal e cópia da nota de empenho;

11.8. A aceitação final dos equipamentos acessórios e materiais objeto deste Termo de Referência será realizada em até 02 (dois) dias corridos após o recebimento, por meio da elaboração de Termo de Aceitação, no qual detalhará os eventos de relevância identificados;

11.9. Recebido o objeto, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo dentro do prazo de reposição de até 8 (oito) horas;

11.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil ou ético-profissional pela execução do contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

11.11. O atesto das notas fiscais /faturas referente ao fornecimento caberá ao servidor designado para esse fim, com respaldo no Termo de Aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A dotação orçamentária necessária à realização da despesa decorrente do objeto desta licitação consta do Orçamento da Autarquia. Os recursos para o objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. **Centro de Custo 111**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

I - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;

II - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

III - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

IV - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

I - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

II - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.

III - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;

III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;

II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. Poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuírem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

- a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b. Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
- c. Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
- d. Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

14.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

14.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos prestadores de serviço, observadas as disposições contidas na legislação vigente.

14.11. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e da cotação vigente à época.

14.12. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor da Ata, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro da Ata, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória e número da Ata;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro da Ata.

14.12.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

14.12.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

14.12.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor registrado.

14.13. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

14.14. É VEDADO AO FORNECEDOR INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

14.15. Quando ocorrer pedido de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata, o órgão gerenciador **não está obrigado a aceitar os preços propostos pelo fornecedor**, contudo, poderá libera-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços.

14.16. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem os valores praticados pelo mercado, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa ou o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços

14.17. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

15. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

15.1. Pelo CONTRATANTE

15.1.1. A Contratada deixar de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

15.1.2. A Contratada não atender à convocação para firmar Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

15.1.3. A Contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

15.1.4. Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;

15.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do Registro de Preços;

15.1.6. Quando, por força de fusão ou incorporação da CONTRATADA, bem como associação com terceiros, cessão da posição contratual, cisão, não for comunicado ao CONTRATANTE até 05 (cinco) dias úteis dos respectivos atos, devidamente registrados;

15.1.7. Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado e a Contratada se recusar a baixá-los.

15.1.8. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado, conforme inciso XII do artigo 78 da Lei 8666/93.

15.1.9. Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

15.1.10. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar da Contratada, a comunicação será feita por publicação em jornal de grande circulação, por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo Registro, considerando-se cancelado o registro na data da publicação.

15.2. Pela CONTRATADA

15.2.1. Mediante solicitação por escrito, aceita motivadamente pela Administração, a Contratada deverá comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

15.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

15.4. A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. Na execução da presente Ata de Registro de Preços é vedado ao SAAE de Itabirito, em especial ao BENEFICIÁRIO (A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a)** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b)** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar a presente Ata;
- c)** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações da presente Ata, sem autorização em lei, no edital;
- d)** Conhecer e cumprir previstas na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis;
- e)** Manipular ou fraudar a presente Ata, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº **007/2023** e seus respectivos anexos, bem como a proposta do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itabirito, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18.2. E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itabirito, _____ de _____ de 2023.

Rogério Eduardo de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
CONTRATANTE

XX
CONTRATADA

Sérgio Pereira dos Santos
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR DA ATA

Cássio Aparecido de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL DA ATA

ANEXO XII

MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITABIRITO E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATO Nº SAAE/ITA XXX/2023
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 105/2023
 PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 007/2023
 REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2023**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme especificações contidas no anexo I do edital.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO** do Município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº 2.999 de 2014, inscrito no CNPJ sob o nº 20.067.146/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº 99, centro, representado neste ato por seu Diretor Presidente em Exercício, **Rogério Eduardo de Oliveira**, portador do CRQ 022.023-18, CPF 627.197.186.53, no uso de suas atribuições legais, consoante Decreto nº 12704/2019, doravante denominado CONTRATANTE, de um lado; e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXXXX, contato (XX) XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; neste ato representado por seu sócio Administrador, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador do CPF: XXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, nos termos pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais normas aplicáveis à espécie, têm por justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este Contrato tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de equipamentos integrantes do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, incluindo substituição de peças, componentes e acessórios relacionados aos equipamentos instalados nas edificações da autarquia, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<u>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:</u> Visitas em todas as edificações da autarquia contemplando serviços de manutenção preventiva com reajustes, limpeza, reconfiguração, recalibração e testes no sistema de CFTV, a serem agendadas pelo gestor da Ata.	Serviço	6		
02	Manutenção corretiva - Instalação de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	10		
03	Manutenção corretiva - Instalação de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	10		
04	Manutenção corretiva - Instalação de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD.	Serviço	02		
05	Manutenção corretiva - Instalação de DVR modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	05		

06	Manutenção corretiva - Instalação de Power Balum modelo VB 1016 WP.	Serviço	05		
07	Manutenção corretiva - Instalação de cabos BNC macho 0,60m.	Serviço	10		
08	Manutenção corretiva - Instalação de VB1001 MC macho.	Serviço	10		
09	Manutenção corretiva - Instalação de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Serviço	300		
10	Manutenção corretiva - Instalação de fibra ótica auto sustentável.	Serviço	100		
11	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores galvanizados.	Serviço	50		
12	Manutenção corretiva - Instalação de eletrodutos e condutores de PVC.	Serviço	70		
13	Manutenção corretiva - Instalação de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Serviço	02		
14	Manutenção corretiva - Relocação de câmera bullet existente modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Serviço	05		
15	Manutenção corretiva - Relocação de câmera dome existente modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Serviço	05		
16	Manutenção corretiva - Relocação de câmera Speed existente modelo Vip 5225 SD Ir.	Serviço	01		
17	Manutenção corretiva - Relocação de DVR existente modelo MHDX 3016 – C.	Serviço	02		
18	Manutenção corretiva - Relocação de Power Balum existente modelo VB 1016 WP.	Serviço	02		
19	Manutenção corretiva - Relocação de cabeamento par trançado existente para circuito de CFTV.	Serviço	200		
20	Manutenção corretiva - Relocação de fibra ótica auto sustentável existente.	Serviço	100		
21	Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutores galvanizados existentes.	Serviço	50		
22	Manutenção corretiva - Manutenção corretiva - Relocação de eletrodutos e condutores de PVC existentes.	Serviço	70		
23	Aquisição de câmeras novas bullet modelo VHD 1230 B G7/HDCVI série 1000.	Unid	10		
24	Aquisição de câmera novas dome modelo VHD 3230 D G7/HDCVI série 3000.	Unid	10		
25	Aquisição de câmera nova Speed modelo Vip 5225 SD Ir.	Unid	02		
26	Aquisição de DVR novos, modelo MHDX 3016 – C.	Unid	05		
27	Aquisição de Power Balum novos modelo VB 1016 WP.	Unid	05		
28	Aquisição de cabos BNC novos machos 0,60m.	Unid	10		
29	Aquisição de VB 1001 MC macho.	Unid	10		
30	Aquisição de cabeamento par trançado para circuito de CFTV.	Mt	300		
31	Aquisição de fibra ótica auto sustentável.	Mt	100		
32	Aquisição de eletrodutos e condutores galvanizados.	Mt	50		
33	Aquisição de eletrodutos e condutores de PVC.	Mt	70		
34	Aquisição de conversor de mídia, monomodo, 1 fibra (1 fo) wds/alcance de 20 Km.	Unid	02		

1.2. O Objeto deste contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, vedada sua cessão, transferência ou subcontratação, salvo na ocorrência comprovada de motivos de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência formal da CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, pelos ônus e perfeição dos mesmos, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.2. A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação do serviço/fornecimento.

2.3. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

2.4. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

2.5. O atraso ou a abstenção pelo SAAE, do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo do SAAE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- b) Entregar o objeto do contrato, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, em caixa original do fabricante;
- c) Colocar à disposição do SAAE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência;
- d) Não divulgar nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência dos serviços realizados, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- f) Responder por eventuais prejuízos causados ao SAAE por ineficiência ou irregularidades cometidas pelos seus prepostos na execução dos serviços contratados;
- g) Observar as orientações do Órgão Fiscalizador do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- h) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou equipamentos não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- i) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- j) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- k) Aceitar acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o contrato, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.

- m) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.
- n) Orientar a CONTRATANTE para o uso adequado dos equipamentos.
- o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou desvios dos equipamentos que possam ocorrer no transporte até a entrega nas localidades da CONTRATANTE.
- p) Responsabilizar-se por quaisquer danos no patrimônio da CONTRATANTE durante o período de instalação dos equipamentos.
- q) Dar suporte (conforme descrito neste termo de referência) durante todo o prazo de garantia, seja pela CONTRATADA ou pelo fabricante do equipamento.
- r) Entregar todos os equipamentos conforme descritos no item 2 deste termo.
- s) Garantir o suporte, a troca ou reparo dos equipamentos em desconformidade com as especificações, com problemas técnicos, danificados e que apresentarem danos irreparáveis dentro do prazo estipulado como garantia neste Termo de Referência, mínimo de 1 ano.
- t) Entregar todos os equipamentos descritos nas especificações conforme venham ser solicitados, obedecendo os prazos especificados neste termo.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que sejam observadas as condições contratuais;
- f) Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor do contrato para os serviços é de **R\$XXXXXXXX**

4.2. O pagamento será realizado, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite da Nota fiscal, através de **boleto bancário** ou **depósito bancário** em conta corrente, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito.

4.3. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

4.4. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

4.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

4.6. As notas fiscais deverão estar acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

4.7. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

4.7.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

4.7.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

4.7.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

4.7.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

4.8. Para qualquer alteração nos dados da empresa, a Contratada deverá comunicar ao SAAE por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 30 (trinta) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

4.9. A Contratada deverá manter durante todo processo licitatório e execução da Ata os requisitos de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.10. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).*

5.2. *Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

5.3. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

5.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

5.5. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

5.6. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

5.7. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

5.8. Considerando o prazo de validade do Registro de Preços, FICA VEDADO QUALQUER REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, em atendimento ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

5.9. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

5.10. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.10.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

5.10.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

5.10.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

5.11. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

5.12. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A ENTREGA DOS PRODUTOS, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLÁUSULA.

5.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A dotação orçamentária necessária à realização da despesa decorrente do objeto desta licitação consta do Orçamento da Autarquia. Os recursos para o objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. **Centro de Custo 111**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. Este contrato terá vigência de XX (XXXXXXXXXXXX) meses a contar da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA – LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. Os serviços de instalação e manutenção necessários a cumprimento do objeto, serão executados no **horário das 8h às 11h e das 13h às 15h30min, em dias úteis** nas localidades descritas abaixo, onde a comissão designada para recebimento procederá à conferência e recebimento.

O local para a prestação dos serviços será determinado mediante acordo prévio entre as partes, a partir dos endereços indicados, e conforme as solicitações e necessidades da Administração.

- **SEDE** - Rua Rio Branco, 99 - Centro, Itabirito/MG - ponto de monitoramento localizado no CCO.
- **ETA** - Rua João Faria Gurgel, 281 - Santa Rita, Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na sede da ETA e no CCO.
- **ETE** - Bairro Marzagão – Itabirito/MG - pontos de monitoramento localizados na ETE e no CCO
- **UTA** - Rod. Juscelino Kubitschek, Km 572, s/n, Itabirito/MG, pontos de monitoramento localizados na UTA e no CCO.
- **ALMOXARIFADO** - Rua Francisco Marques Júnior, 235, Nossa senhora de Fátima, Itabirito/MG.
- **ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, POÇOS E RESERVATÓRIOS** – Sitados no município e em seus distritos

CLÁUSULA NONA – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS NOVOS

9.1. Quando do fornecimento/substituição de equipamentos novos, a contratada deverá oferecer **garantia mínima de 12 (doze) meses**.

9.2. A garantia contratual deve cobrir o reparo ou substituição e a entrega do equipamento que venha a apresentar defeitos e/ou vícios decorrentes de projeto, fabricação, construção ou montagem, inclusive, quando cabível, atualizações corretivas dos softwares (firmwares e drivers) fornecidos com os equipamentos, compreendidas aquelas disponibilizadas pelo fabricante durante o período de garantia

9.3. Substituir as câmeras, NVRs e materiais (condutores, eletrodutos, cabos, fixações, suportes) entre outros, **no prazo máximo de 8 (oito) horas, em caso de defeito, mau funcionamento ou perda de sua integridade física, durante o prazo de garantia.**

CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1. A contratada será responsável pela **análise e demarcação** de todos os pontos de passagem de eletrodutos, caixas de passagem, *Duto PEAD corrugado helicoidal para proteção de cabos subterrâneos* e condutores.

- a) Caso tenha a necessidade de abertura de valas e recomposição asfáltica, será de responsabilidade do SAAE, contudo, a contratada deverá comunicar ao gestor do contrato, através do e-mail sergio.santos@saaeita.mg.gov.br, com antecedência mínima de **2 (dois) dias corridos**.
- b) A contratada será responsável por recompor/reparar paredes, pisos, telhados, estruturas, entre outros, quando danificados em decorrência dos serviços de instalação.
- c) A contratada será responsável pelas instalações que necessitem de passagem e/ou transposições em paredes ou subterrâneas, muros, lajes, sótão, estruturas metálicas, estruturas em madeiras, caixas de inspeção a cada 20 metros, em locais que demandam curvas muito longas ou desníveis, utilizando de *Duto PEAD corrugado helicoidal*, bem como deverá fixar eletrodutos, condutores, curvas e/ou mangueiras flexíveis com grampos de fixação utilizando parafuso com bucha ou solda.
- d) Todo atendimento executado deve ser realizado com zelo, respeitando os horários de funcionamento da sede administrativa e demais unidades do SAAE.
- e) Devem ser observadas as solicitações do gestor do contrato, deve-se manter o local sempre limpo e manter o padrão de qualidade da infraestrutura e acabamento existentes.
- f) Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais necessários para instalação, integridade, infraestrutura, proteção e funcionamento das câmeras.
- g) A contratada deverá atender as **NORMAS CONSTRUTIVAS DE REFERÊNCIA**, relacionadas abaixo:
 - ✓ **NBR 5410** – Norma para instalações elétricas de baixa tensão.
 - ✓ **NBR 15465** – Sistemas de Eletrodutos plásticos p/ instalações Elétricas de baixa tensão
- h) A contratada deverá realizar as instalações nas localidades designadas pelo gestor do contrato de **segunda à sexta, no horário das 08h às 11h e das 13h às 15h30min.**

- i) A contratada deverá efetivar, iniciar e finalizar as manutenções/substituições/instalações no **prazo máximo de 8 (oito) horas** após o acionamento por parte da contratante.
- j) Se durante a realização dos serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, houver risco de perda de dados/informações, fica a CONTRATADA responsável por informar a fiscalização do contrato para proceder gravação prévia de imagens armazenadas que possa ser usada para apuração de alguma ocorrência.

10.1. Dos materiais e peças:

- a) A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de reposição e materiais de consumo, novos, de primeiro uso, bem como ferramentas necessárias à execução dos serviços de manutenção do Sistema de CFTV em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE.
- b) **Entende-se por materiais de reposição:** peças, conjuntos, componentes, acessórios, conectores, adaptadores, fusíveis e cabos de qualquer tipo, como coaxiais e tipo fita;
- c) **Entende-se por materiais de consumo:** produtos de limpeza, óleos, graxas, estopas, flanelas e afins;
- d) **Entende-se por ferramentas:** qualquer instrumento necessário para realização da manutenção dos equipamentos, a exemplo de chave tipo fenda, philips, dentre outros ferramentais.
- e) Todos os materiais e peças defeituosos substituídos deverão ser entregues ao CONTRATANTE.
- f) Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.
- g) Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

10.2. Prazo de entrega dos equipamentos, acessórios e materiais

O fornecimento dos equipamentos, acessórios e materiais, quando solicitados pela Contratante, deverão ser entregues em até **15 (quinze) dias corridos**, após o recebimento da Nota de Empenho e de acordo com as requisições emitidas e programadas pelo Gestor do contrato.

10.2.1. Os equipamentos, acessórios e materiais deverão ser entregues em cada localidade de instalação definida neste Termo de Referência, quando da solicitação do gestor do contato, sem qualquer ônus para a contratante referente a encargos sobre extravio, danos no transporte, frete e/ou seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO/ACEITE

11.1. A aceitação e o recebimento dos equipamentos acessórios e materiais observarão os seguintes termos:

11.2. Deverá ser fornecida documentação técnica (no idioma inglês ou português) produzida pelo fabricante;

11.3. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser novos e sem uso. Não serão aceitos equipamentos acessórios e materiais usados, remanufaturados ou de demonstração;

11.4. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, sendo rejeitados equipamentos com caixas violadas.

11.5. O SAAE poderá efetuar consulta do número de série dos equipamentos, junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente;

11.6. Serão impugnadas pelo SAAE os equipamentos acessórios e materiais que não satisfizerem às condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

11.7. Os equipamentos acessórios e materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal e cópia da nota de empenho;

11.8. A aceitação final dos equipamentos acessórios e materiais objeto deste Termo de Referência será realizada em até 02 (dois) dias corridos após o recebimento, por meio da elaboração de Termo de Aceitação, no qual detalhará os eventos de relevância identificados;

11.9. Recebido o objeto, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo dentro do prazo de reposição de até 8 (oito) horas;

11.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil ou ético-profissional pela execução do contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

11.11. O atesto das notas fiscais /faturas referente ao fornecimento caberá ao servidor designado para esse fim, com respaldo no Termo de Aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A equipe de fiscalização terá poderes para analisar e decidir sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução dos serviços, propor aplicações de advertência a Contratada quanto ao prazo de entrega e as falhas da Contratada, solicitar o reparo dos serviços inadequadamente executados e propor aplicação de penalidades.

14.2. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os Arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições contidas no **Decreto Municipal 14.201 de 03 de fevereiro de 2022.**

Gestora do Contrato

Nome: Sérgio Pereira dos Santos
E-mail: sergio.santos@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Gestor suplente do Contrato

Nome: Clayton da Silva Morais
E-mail: clayton.morais@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4113

Fiscal do Contrato

Nome: Cássio Aparecido de Oliveira
E-mail: Comercial@Saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4100

Fiscal suplente do Contrato

Nome: Cláudia Barreto
E-mail: claudia.barreto@saae.mg.gov.br
Contato: (31) 35634112

14.3. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos materiais, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na execução dos serviços;

14.4. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade dos serviços executadas, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

14.5. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

14.6. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

14.7. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO

15.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e ao BENEFICIÁRIO (A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

15.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

15.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.

15.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no edital.

15.1.4. Conhecer e cumprir previstas na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE.

15.1.5. Manipular ou fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- II - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;
- III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.
- V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
- II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

- I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
- II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuírem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

- a.** Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b.** Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
- c.** Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
- d.** Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA HABILITAÇÃO

17.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO

18.1. Caso a CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA, o ônus de provar o contrário. Se a CONTRATANTE for ré ou litisconsorte passiva, bastará sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

19.1. Integra o presente contrato o **Processo Licitatório nº 105/2023**, na Licitação modalidade de **Pregão Presencial nº 007/2023**, nos termos da Lei 8.666/1993, com suas posteriores alterações, **homologado em XX/XX/2023**, com as inclusas condições gerais neles contidas, assim como a proposta firmada pela CONTRATADA com todas as condições nelas contidas, naquilo que não conflitarem com este instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Itabirito/MG, para dirimir qualquer ação ou pendência que porventura advenha do presente instrumento, renunciando, expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2. E assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Itabirito/MG, **XX de XXXXXXXXXXXXX** de 2023.

Rogério Eduardo de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Sérgio Pereira dos Santos
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR DO CONTRATO

Cássio Aparecido de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL DO CONTRATO